



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA**

Atas de Comissões Mistas Permanentes

ANO LXVIII – SUP. “D” AO Nº 61 – SEXTA-FEIRA, 3 DE MAIO DE 2013 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE Renan Calheiros - (PMDB-AL) 1ª VICE-PRESIDENTE Jorge Viana - (PT-AC) 2º VICE-PRESIDENTE Romero Jucá - (PMDB-RR) 1º SECRETÁRIO Flexa Ribeiro - (PSDB-PA) 2ª SECRETÁRIA Angela Portela - (PT-RR)	3º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI) 4º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI) SUPLENTE DE SECRETÁRIO 1º - Magno Malta - (PR-ES) 2º - Jayme Campos - (DEM-MT) 3ª - João Durval - (PDT-BA) 4ª - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

<p>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 28</p> <p>Líder Eunício Oliveira - Bloco (65,68)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PMDB - 20 Eunício Oliveira (65,68) Vice-Líderes do PMDB Ricardo Ferraço (105) Romero Jucá (40,104)</p> <p>Líder do PP - 5 Francisco Dornelles (63) Vice-Líder do PP Ana Amélia (12,88)</p> <p>Líder do PSD - 2 Sérgio Petecão (84,87) Vice-Líder do PSD Kátia Abreu (11,13,52,60,85)</p> <p>Líder do PV - 1 Paulo Davim (75)</p>	<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB/PSOL) - 25</p> <p>Líder Wellington Dias - Bloco (24,70,91)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (49,55,69,97) Rodrigo Rollemberg (67,98) Inácio Arruda (89,99) Eduardo Lopes (37,45,64,100,106)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 12 Wellington Dias (24,70,91) Vice-Líderes do PT Walter Pinheiro (22,27,93) Anibal Diniz (25,94) Paulo Paim (95) Eduardo Suplicy (103)</p> <p>Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz (49,55,69,97) Vice-Líder do PDT Zeze Perrella (86)</p> <p>Líder do PSB - 4 Rodrigo Rollemberg (67,98) Vice-Líder do PSB Lídice da Mata (29,38,83)</p> <p>Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda (89,99) Vice-Líder do PC DO B Vanessa Grazziotin (1,90)</p> <p>Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (37,45,64,100,106)</p> <p>Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (18,76)</p>	<p>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 16</p> <p>Líder Mário Couto - Bloco (34,61)</p> <p>Vice-Líderes Wilder Moraes (101) Ataídes Oliveira (96) Cyro Miranda (31,102)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSDB - 12 Aloysio Nunes Ferreira (7,62) Vice-Líderes do PSDB Cássio Cunha Lima (74) Alvaro Dias (78) Paulo Bauer (5,35,79,80)</p> <p>Líder do DEM - 4 José Agripino (2,10,14,44,46,77)</p>
<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL) - 12</p> <p>Líder Gim - Bloco (56,58,59) Vice-Líderes Alfredo Nascimento (41,66) Eduardo Amorim (17,47,48,72) Blairo Maggi (19,51)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PTB - 6 Gim (56,58,59)</p> <p>Líder do PR - 5 Alfredo Nascimento (41,66) Vice-Líder do PR Antonio Carlos Rodrigues (92)</p> <p>Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (17,47,48,72)</p>	<p>Governo Líder Eduardo Braga - Governo (39) Vice-Líderes Gim (56,58,59) Benedito de Lira Lídice da Mata (29,38,83) Jorge Viana Vital do Rêgo</p>	

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

EXPEDIENTE	
<p>Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Ata Zuleide Spinola Costa da Cunha Diretora da Secretaria de Taquigrafia</p>

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATA

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA	Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada	
1.1 – ATAS DE COMISSÕES MISTAS PER- MANENTES	em 12 de março de 2013.....	4
1.1.1 – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC	Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de março de 2013.....	6

ATA DA 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE MARÇO DE 2013, NO PLENÁRIO Nº 13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II – SENADO FEDERAL.

Às onze horas e vinte minutos do dia doze de março do ano de dois mil e treze, no Plenário nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a Presidência da **Senadora Vanessa Grazziotin**, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas com a presença dos Senadores Blairo Maggi, Sérgio Souza, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira, Wellington Dias, Lindbergh Farias, Antonio Carlos Valadares, Vital do Rêgo e Romero Jucá e dos Deputados Fernando Ferro, Glauber Braga, Sarney Filho e Ricardo Trípoli, membros da Comissão. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. Dá-se início à apreciação do item único da Pauta: **Discussão e votação do Plano de Trabalho de 2013-CMMC**. Passa-se a palavra ao Relator, Deputado Sarney Filho, para a apresentação do Plano de Trabalho. Em seguida, faz uso da palavra a Senadora Vanessa Grazziotin, que coloca em discussão e votação o Plano de Trabalho. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às onze horas e trinta minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senadora **Vanessa Grazziotin**, Presidente da CMMC

SUBSECRETARIA DE REGISTRO E APOIO A REUNIÕES DE COMISSÕES

Comissão Mista Mudanças Climáticas (3ª Reunião) 12/03/2013

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. PCdOB – AM) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, criada mediante a Resolução nº 4, de 2008-CN, do Presidente do Congresso Nacional, que “cria, no âmbito do Congresso Nacional, Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas”.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

A pauta desta reunião é muito específica, tem como único objetivo aprovar, apresentar o documento final. Na última reunião, colhemos sugestões, e todos os Parlamentares que aqui estavam apresentaram-nas. O Relator acolheu a grande maioria delas e, neste momento, passará a ler.

O nosso único objetivo é aprovar o planejamento do trabalho para este ano de 2013.

Passo, portanto, imediatamente a palavra ao Deputado Relator Zequinha Sarney, para que promova a leitura, após o que faremos a aprovação.

O SR. SARNEY FILHO (PV – MA) – Obrigado, Presidenta. Conforme foi amplamente avisado e notificado aos membros desta Comissão, enviamos uma proposta básica de ação da Comissão, demos prazo para sugestões. Muitas chegaram e foram acolhidas, e o resultado final está condensado aqui, nesta proposta de atuação.

Quero, no entanto, antes de colocarmos em votação, Presidente, registrar que as datas e os nomes dos sugeridos para convocação são flexíveis, ou seja, são passíveis, de acordo acerca das datas. Às vezes, a assembleia não está à disposição na data sugerida. Pode estar um dia antes, um dia depois, três dias depois. Além disso, muitas vezes, surge um nome importante para a discussão de determinado tema, e teremos a flexibilidade de acolher essas sugestões da Mesa Diretora dos trabalhos e dos membros da Comissão.

Vou rapidamente resumir a nossa proposta, primeiramente, colocando aquilo que foi dito na reunião anterior.

A base do nosso trabalho está sobre duas vertentes básicas: a primeira é a adaptação e a mitigação, extremamente necessárias nos dias de hoje porque nós temos visto que os efeitos das mudanças climáticas já estão presentes. Então, não podemos ignorar os eventos extremos que estão acontecendo, inclusive no nosso País, e que hoje já influenciam na nossa produção, já influenciam no modo de vida dos brasileiros.

Dessa forma, acho que a mitigação e a adaptação têm um papel muito importante, inclusive no combate aos desastres naturais que afetam, em determinados períodos, grande parte da nossa população, como aconteceu na serra no Rio, como aconteceu no Espírito Santo.

Também, a outra vertente é a vertente propriamente do combate às emissões de gases do efeito estufa, basicamente promovidos pelo ser humano na face da Terra. Dentro dessa perspectiva, a gente levou em consideração também a particularidade que o Brasil apresenta no sentido de que as nossas maiores emissões ainda são oriundas do desmatamento e do

mau uso da terra, sem, no entanto, esquecer o papel importante que os grandes aglomerados urbanos estão desempenhando agora na emissão de gases do efeito estufa.

Então, basicamente, nossa proposta de trabalho se delinea nessas duas vertentes. Baseados nisso, nós estamos propondo audiências públicas no dia 19 de março, em Brasília, já na semana que vem, “Comemoração do Dia Nacional da Conscientização sobre as Mudanças Climáticas: o cumprimento das metas brasileiras, projetos de conscientização da população sobre as mudanças climáticas, o papel das escolas nos programas educacionais”.

Eu não vou ler os convidados. Já está tudo disponibilizado aí, e não adianta a gente perder tempo nisso.

Dia 26 de março de 2013, em Brasília. “Valorização dos serviços ecossistêmicos como política para adaptação e mitigação em mudanças climáticas”.

Dia 9 de abril de 2013, em Manaus. “Mudanças climáticas e biodiversidade: REDD, PSA e outros instrumentos econômicos”.

Dia 23 de abril de 2013. “Adaptação: a prevenção de desastres. Preparação do Brasil para a IV Plataforma Global para Redução de Riscos de Desastres. Cidades resilientes. Implantação do Estatuto de Proteção e Defesa Civil”.

Belém, São Luís, Recife, Aracaju ou Vitória. Eu acho até que devemos fazer em Aracaju. “As mudanças climáticas e os ecossistemas marinhos e costeiros. Situação dos manguezais brasileiros”.

Salvador. “Mudanças climáticas e processos de desertificação. Segurança hídrica em cenários de escassez. Potencial nordestino para geração de energia limpa, eólica e solar. Caatinga: mudança de qualidade da intervenção sobre o semiárido brasileiro”.

Maio. Curitiba. “Adaptação: a sustentabilidade ambiental e o setor agrícola”.

Brasília. “Mudanças climáticas e controle do desmatamento: situação do Cadastro Ambiental Rural e do Programa de Regularização Ambiental no âmbito da Lei nº 12.651, de 2012”. Basicamente, a implantação das mudanças que ocorreram no Código Florestal.

Brasília. “Agricultura de baixo carbono e extensão rural”.

Cuiabá. “Promoção da agricultura de baixo carbono, do manejo de ecossistemas e contenção dos desmatamentos”.

Brasília. “Fontes de financiamento para ações de adaptação e mitigação”.

Brasília. “Mecanismos financeiros e tributários para uma economia de baixo carbono”.

Brasília. “Criação de mecanismos para transferência tecnológica e capacitação no âmbito da Con-

venção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima”.

Florianópolis. “Investimentos públicos e privados para o acesso universal à energia limpa. Eficiência energética. Fontes alternativas de energia. Microgeração de energia elétrica”.

Brasília. “Mobilidade e redução de emissões. Diversificação e sustentabilidade da matriz de transporte brasileira”.

Rio de Janeiro. “Desenvolvimento urbano com foco em redução de emissões”.

Outubro e novembro, em Brasília. “Audiências públicas tendo em vista a preparação para a COP-19”. “Seminário Nacional de Legisladores: Política de Enfrentamento das Mudanças Climáticas”, sugestão da nossa Presidente.

De 11 a 22 de novembro: a ida de pelo menos os membros titulares da Comissão para a COP-19, que vai se dar em Varsóvia, na Polônia.

Brasília: audiência pública sobre os resultados da COP-19.

Sr^a Presidente, como pôde ser observado, algumas das sugestões ainda não têm nem a data, o que facilita também as negociações para a ida, justamente pelos motivos anteriormente alegados.

Essa é a sugestão básica para o nosso plano de ação para esta Legislatura.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – Eu agradeço a colaboração do nosso Relator, o Deputado Sarney Filho.

Apenas reforço que as datas são uma sugestão. Nós teremos dificuldades em manter reuniões fora de Brasília nas terças – deveremos passá-las ou para sexta ou para segunda –, mas isso ficará plenamente definido.

Nós vamos ter, entre nós, o Deputado Ferro, que ainda não se encontra aqui, o Deputado Zequinha e eu, de ver como nós nos alternamos nessas idas, porque não necessariamente temos de ir todos a esses Estados, principalmente eu e o Deputado Fernando Ferro, que é o nosso Vice-Presidente.

No mais, penso que não há mais o que discutir, porque já foi plenamente debatido. Eu quero apenas colocar em discussão e em votação.

Então, não havendo quem queira discutir, votamos a proposta. (*Pausa.*)

Consideramos já aprovada a proposta.

Já estamos com o nosso calendário devidamente aprovado. A nossa próxima audiência será dia 19, que cai na próxima terça-feira. Vamos avisar ao Senador Cristovam que a sugestão que partiu dele foi acatada pelo nosso Relator, para que esteja presente. Então, teremos essa audiência na próxima terça-feira.

No decorrer da semana, vamos nos encontrar também para ver como colocamos isso em prática, já sugerindo um calendário mais definitivo, principalmente para esse seminário, em que, com apoio da sociedade organizada, é intenção nossa e do Relator reunir deputados das Assembleias todas aqui, em Brasília, antecedendo à COP. Vamos dar bastante trabalho, porque esses deputados estaduais vão querer ir para a Convenção de Mudanças Climáticas e aí vão dar trabalho ao Itamaraty. Vamos dar trabalho ao Itamaraty.

Nada mais havendo a tratar, aprovado o nosso plano, encerramos a nossa reunião do dia de hoje, convocando outra para a próxima terça-feira, dia 19, quando teremos a nossa audiência pública.

Obrigada a todos e a todas pela audiência.

(Iniciada às 11 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 31 minutos.)

ATA DA 4ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE MARÇO DE 2013, ÀS 11 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II – SENADO FEDERAL.

Às onze horas e três minutos do dia dezoito de março do ano de dois mil e treze, no Plenário número treze, da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a Presidência do **Deputado Sarney Filho**, Relator da Comissão no exercício da Presidência, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas com a presença dos Senadores Vanessa Grazziotin e Cristovam Buarque, e dos Deputados Fernando Ferro, Hugo Napoleão, Celso Maldaner, Ricardo Tripoli e Alfredo Sirkis, membros da Comissão. Registra-se a presença da Deputada Rosane Ferreira. Deixam de comparecer os demais Parlamentares. Havendo número regimental, o Senador Sarney Filho, Relator da Comissão, declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. A Presidência dá início aos trabalhos, passando-se à apreciação da Pauta, destinada à realização de **Audiência Pública** para debater o tema: “**Comemoração do Dia Nacional da Conscientização sobre as Mudanças Climáticas (16 de março): o cumprimento das metas brasileiras, projetos de conscientização da população sobre as mudanças climáticas, o papel das escolas e dos programas educacionais**”, em conformidade com aprovação do Plano de Trabalho da Comissão em 12 de março corrente, com a presença dos seguintes convidados: **Luiz Pinguelli Rosa**, Secretário Executivo – Fórum Brasileiro de Mudanças Cli-

máticas; **Veet Vivarta**, Secretário Executivo – Agência de Notícias dos Direitos das Crianças – ANDI; **Fábio Cedrin Gama Alves**, Coordenador – Programa Educação para Sociedades Sustentáveis – WWF-Brasil – PESS-WWF-BR; **Nilo Sergio de melo Diniz**, Diretor do Departamento de Educação Ambiental – Ministério do Meio Ambiente - MMA. Após a exposição dos convidados, usam da palavra o Relator da Comissão, Deputado Sarney Filho, no exercício da Presidência, Senadores Vanessa Grazziotin, Cristovam Buarque, Deputados Fernando Ferro, Hugo Napoleão, Ricardo Tripoli, Alfredo Sirkis e Rosane Ferreira. A seguir, os convidados respondem às interpelações e apresentam suas considerações finais. Ao final, a Presidência comunica que a próxima Reunião será convocada para o dia vinte e seis de março do corrente. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às treze horas e vinte e dois minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente em exercício e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Deputado **Sarney Filho**, Relator no exercício da Presidência da CMMC.

O SR. PRESIDENTE (Sarney Filho. PV – MA) – Declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, criada mediante Resolução nº 4, de 2008, do Presidente do Congresso Nacional, que cria, no âmbito do Congresso Nacional, a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas.

É importante ressaltar que o Congresso Nacional tem duas comissões mistas permanentes, apenas duas: a Comissão de Orçamento e esta Comissão.

É uma Comissão que tem uma importância muito grande. E é preciso que a gente faça que a importância do tema seja realmente entendida pelos nossos Congressistas, para que a gente possa ajudar a enfrentar esses desafios sobre as mudanças climáticas.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa de leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Parlamentares que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Esta reunião destina-se à audiência pública para tratar do tema Comemoração do Dia Nacional para Conscientização sobre Mudanças Climáticas (16 de março); o cumprimento das metas brasileiras; projetos de conscientização da população sobre mudanças climáticas; o papel das escolas e dos programas educacionais, em conformidade com a aprovação do plano de trabalho da Comissão em 12 de março do corrente.

Esse plano de trabalho incorporou requerimento do Senador Cristovam Buarque, e esse requerimento resultou nesta audiência pública que hoje estamos fazendo, a primeira audiência pública da presente Legislativa.

Convido o Secretário Executivo do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, Prof. Luiz Pinguelli Rosa, a fazer parte da mesa, e o Sr. Secretário Executivo da Agência de Notícias dos Direitos da Infância, Veet Vivarta. *(Pausa.)*

Quero comunicar aos senhores expositores que esta nossa reunião de audiência pública está sendo gravada pela TV Senado e será, depois, integralmente publicizada, além de estarmos na Internet. Também quero dizer que constará, evidentemente, nos *Anais do Congresso Nacional* esta presente exposição.

Quero lamentar o fato de estarmos concorrendo com uma outra comissão, aqui ao lado, que está discutindo a Federação, com vários governadores presentes – seis governadores presentes –, e isso, evidentemente, esvaziou um pouco a nossa reunião no que diz respeito aos Parlamentares. Mas, pelo que estou podendo observar, a sociedade civil organizada está presente aqui na Comissão.

Com a palavra, o Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Só para justificar. Eu fiz as contas e nós temos 45 milhões de brasileiros representados pelos governadores que estão aí. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Sarney Filho. PV – MA) – Embora a gente aqui esteja também defendendo não só os brasileiros, mas o mundo todo, Senador. *(Risos.)*

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – E o futuro.

O SR. PRESIDENTE (Sarney Filho. PV – MA) – O futuro, enquanto o presente se sobrepõe, com mais força, para a realidade.

Deputado Tripoli.

O SR. RICARDO TRIPOLI (PSDB – SP) – Presidente, lembrar um pouco que a TV Câmara e a TV Senado estão transmitindo para o Brasil inteiro esta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Sarney Filho. PV – MA) – A TV Câmara também está transmitindo.

O SR. RICARDO TRIPOLI (PSDB – SP) – Então, este debate, esta reflexão que será feita aqui, com certeza, será utilizada por muitos brasileiros que estão agora atentos, aguardando, porque já têm a pauta desta reunião por antecipação.

O SR. PRESIDENTE (Sarney Filho. PV – MA) – Então, passo a palavra ao Secretário Executivo do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, Prof. Luiz Pinguelli Rosa, que é um dos orgulhos nacionais, uma

referência neste tema, a quem todos nós admiramos muito.

S. Ex^a terá quinze minutos para fazer sua exposição e, evidentemente, por parte da Presidência, terá a compreensão se quiser esticar por mais cinco minutos a sua palestra.

O SR. LUIZ PINGUELLI ROSA – Muito obrigado.

É uma honra estar aqui. É elogio a iniciativa de se tocar neste assunto, que está um pouco fora de moda. No momento, nós sentimos que não só aqui no Brasil, não só no Governo, mas também na sociedade e mesmo no mundo, a prioridade deste tema diminuiu. Ele continua, claro, e tem os seus mecanismos próprios de discussão, que são permanentes. Aqui no Brasil, por exemplo, o Ministério do Meio Ambiente continua bastante ativo, promovendo a revisão dos planos, do plano nacional e dos planos setoriais, de mudança climática.

Eu vou pedir licença para tomar um cafezinho porque, pela hora que eu acordei no Rio para chegar aqui, este cafezinho me é muito grato. *(Pausa.)*

Este café está muito gostoso, este café está perfeito. Ótimo. Um elogio para o café da Comissão.

Fazendo um quadro, para o tempo de que nós dispomos, e a maioria das pessoas, em geral, que está aqui acompanha o assunto, o que temos de fato?

O Brasil tem um compromisso de redução das emissões, a partir de uma base projetada como uma tendência passada levada para o futuro, de reduzir essa previsão feita para 2020 de uma quantidade substancial de emissões em toneladas de CO₂ equivalente, da ordem de 1 giga, o que é bem significativo.

Houve uma ideia dominante naquela ocasião em que se discutiu esse compromisso voluntário levado a Copenhague, que foi muito importante, pela própria presença do Presidente da República. A reunião foi frustrante, mas ela teve alguns pontos importantes, um dos quais esse compromisso voluntário do Brasil. Voluntário por não estar nas obrigações assumidas na Convenção do Clima, já que o Brasil está fora do chamado Anexo I, dos países comprometidos em reduzir suas emissões.

A visão da época é que nós estávamos reduzindo o desmatamento, que era o componente principal das emissões brasileiras. Então, o Governo, depois de uma discussão de que alguns de nós participaram – e houve muitas reuniões, o fórum foi muito convocado, o Presidente da República chamou representação do Fórum em reuniões ministeriais internas do Governo, além das reuniões com a sociedade –, fez uma mudança de posição. Anteriormente, a ideia dominante era a de que o Brasil, como não era do Anexo I, não deveria se comprometer com nenhuma redução. E cobrava, como continua cobrando, e deve cobrar dos países mais

desenvolvidos o cumprimento das reduções assumidas, que são até modestas em relação ao tamanho do problema. Mas essa mudança foi muito baseada nesta ideia: o Brasil está reduzindo o desmatamento, e as emissões vêm do desmatamento. Bem, isso funcionou bem. O Brasil teve uma imagem positiva em Copenhague, e foi muito importante aquela mudança, porque colocou em outros termos a discussão.

Como estamos hoje?

Bem, esse compromisso é possível que seja cumprido, pois 2020 está ainda adiante, não é já. É possível que seja cumprido. A questão do desmatamento foi mantida. No momento, estamos atentos a que talvez não seja mantida essa taxa de redução. Mas o fato concreto é que cresceu a emissão dos outros setores, e hoje não há um balanço oficial, não existe um inventário último das emissões brasileiras; o último está desatualizado, em função desse quadro que estou descrevendo. Então, dos estudos feitos academicamente, ou por ONGs, mostra-se que a proporção da participação do desmatamento nas emissões brasileiras não é mais tão grande. Ela ainda é a dominante, mas já não é tão grande como era. Assim, temos de dar atenção às outras emissões de outras fontes, que são basicamente, para simplificar, de energia, de consumo energético. E há outras: deposição de lixo, muitas outras. Mas a energia é que é o componente mais sério. No mundo inteiro é, e o Brasil vai indo pelo mesmo caminho.

E aí temos pontos positivos e negativos. Um ponto positivo, para começar com certo otimismo, é a ampliação da energia eólica no Brasil, que já fica na ordem de grandeza da nuclear, e a energia eólica não emite gases de efeito estufa. Isso é positivo. Podemos incluir também a ampliação de energia hidrelétrica, que estava prevista naquele plano original e está sendo executada, apesar da polêmica em torno das usinas na Região Norte. Mas está sendo feita uma ampliação. Agora, aí já há um problema a ser observado: como, por razões inclusive ambientais no sentido de impactos locais, estamos fazendo as usinas a fio d'água, elas vão solicitar complementação na geração. O fator de capacidade diminui muito. Belo Monte, por exemplo, 0,4, 0,42 em relação ao típico brasileiro acima de 0,5, e o que está de fato acontecendo, o que no momento está acontecendo, por questão de redução de chuvas em relação à média histórica, no último ano, é que nós estamos usando bastante geração termoeletrônica. Em ordem de magnitude, um quarto da geração elétrica brasileira está sendo, no momento, termoeletrônica. E as nossas termoeletrônicas são um circo dos horrores. Se houvesse um concurso para ver quais são as piores termoeletrônicas do mundo, nós ganharíamos. E isso

é feito por licitações, porque o critério de entrada da termoeletrônica é baseado na ideia – correta, em princípio – de que elas são feitas para não serem usadas. Esclareço: são usinas para funcionarem em caso de escassez de água, que pode ocorrer por algum tempo no ano. Mas nós estamos gerando há alguns meses e, provavelmente, vamos prolongar este ano com essas termoeletrônicas, e algumas usam óleo diesel – óleo diesel para geração termoeletrônica na rede é um despropósito que só se justifica porque vem lá da crise de 2001, de geradores emergenciais que foram incluídos, foram retirados e depois voltaram. Ou usam óleo combustível, que também não é bom em termos de emissão de gases de efeito estufa e também de custo. Óleo diesel, por exemplo, é muito caro. A participação do gás natural é modesta. E, quanto ao ciclo combinado, que é a melhor forma de geração térmica, por causa da eficiência, que chega a 50% – a eficiência das outras fica na casa de 30% –, é relativamente pequeno no Brasil. Esse é um ponto.

Outro ponto é no transporte, no uso individual do automóvel. E eu não posso eticamente me colocar contra a expansão do uso do automóvel, já que eu tenho automóvel há décadas. E eu me lembro – já sou velho – do tempo em que as pessoas não tinham automóvel e queriam tê-lo. Lá onde eu morava, no Engenho de Dentro, contavam-se os automóveis estacionados. As casas não tinham garagem. Então, era um carro aqui, outro acolá, mais outro adiante, um Chevrolet 1946. Era uma inveja geral: “Puxa, o cara tem um automóvel!” E todo mundo queria ter um automóvel, e veio Juscelino e espalhou o automóvel pelo Brasil no nível da classe média. E agora, com o Lula, está além da classe média – eu recuso a denominação de nova classe média para quem ganha R\$1.500, que é o preço de um condomínio da outra classe média. (Risos.) Então, os não pobres, ou não extremamente pobres, que agora têm acesso ao automóvel de alguma forma, eu acho que é um direito que eles têm. A menos que se proíba, como aconteceu no tempo da crise do petróleo, na década de 70. Todos já andaram de automóvel, todos têm o direito de ter um automóvel, se puderem pagar por ele de alguma forma. Então, não é disso que estou falando. Vejo nisso uma tendência inevitável. Infelizmente, o que pode compensar isso é um bom serviço de transporte público, que é muito precário na maioria das nossas cidades. A ausência de transporte de massas, de metrô acaba levando ao uso do automóvel. Mas são duas coisas diferentes a posse do automóvel e o uso do automóvel.

Mas, fugindo de um assunto muito complicado, sendo objetivo, o que nós vimos é que, no tocante à gasolina, que tinha sido superada, em participação

percentual, pelo etanol, inverteu-se de novo a situação. Agora, a gasolina venceu o etanol de novo. Então, o consumidor está tendendo à gasolina, porque não está compensando pagar o preço do etanol, devido a uma política de preços relativa aos combustíveis fluidos que eu acho não é boa do ponto de vista da mudança climática. Está empurrando o consumidor para a gasolina porque é economicamente mais vantajoso.

E pior do que isto: apesar disso, nós não estamos produzindo etanol demandado. Importamos uma parcela não muito grande, mas, de qualquer modo, simbolicamente, muito ruim dos Estados Unidos. Muito ruim porque é um etanol de milho, em cuja produção se consome óleo combustível. Logo, ela não tem a vantagem do ciclo do carbono fechado do etanol de cana, que dispõe do bagaço, como o nosso. Então, você queima o bagaço para fazer o etanol. O bagaço também é da cana; também cresce absorvendo o carbono. Há menos de efeitos indiretos, que sempre são discutidos, e que existem, no ciclo aproximadamente fechado. Mas não é o caso do etanol de milho. Então, isso é muito ruim para nós, embora não apareça no balanço, porque aí fica a culpa dos americanos, já que o etanol é produzido lá, e, pelas regras de inventário, a emissão, na produção, não é nossa. Mas o problema é mundial. Como disse o Deputado Sarney, há pouco, na abertura, esse é um problema do mundo. O nosso problema é a redução da emissão mundial; e nós juntos. Não adianta nada reduzir num país só e emitir no outro, é claro, porque a atmosfera mistura tudo.

Então, está aí o quadro: um lado positivo e um lado negativo, tanto na geração térmica quanto no transporte. Eu acho que isso exige medidas que ultrapassem o âmbito do Ministério do Meio Ambiente.

(Soa a campainha.)

O SR. LUIZ PINGUELLI ROSA – O Ministério do Meio Ambiente, como eu disse, continua trabalhando em cima da questão da mudança climática, promovendo reuniões. Está no momento mesmo... Eu saio daqui para uma reunião com a Ministra Izabella. Mas esses assuntos sobre os quais estou falando ultrapassam o âmbito do Ministério do Meio Ambiente. É preciso uma política de governo olhando para isso, como também uma ação internacional, que é o último ponto.

Acho que aqui estou esgotando meus quinze minutos. Já tocou a campainha, e já se estão esgotando os cinco minutos.

Então, é a atuação internacional. O Brasil tem que botar fogo nessa caldeira, porque é preciso definir um novo compromisso. O compromisso de Kyoto se esgotou no prazo, e concordo com a posição do Itamaraty de manter o princípio da responsabilidade comum, porém diferenciada, lá de 1992, que foi decidido no

Rio de Janeiro. E acho isso um princípio correto e até avançado nessas questões internacionais de dar mais responsabilidade a países ricos, que têm mais meios também de exercer essa responsabilidade.

Mas é verdade que a China se tornou um grande emissor e está fora do Anexo 1, e os próprios países como o Brasil, de nível intermediário de desenvolvimento, têm a situação, em cuja tecla sempre bati, da desigualdade mundial dentro do Brasil. Mesmo com a nova classe média, assim chamada, com o que discordo, o que ocorre no Brasil é que uma parcela da população tem um consumo muito alto de energia *per capita* e, portanto, uma emissão alta de dióxido de carbono ou de gases equivalentes, e uma grande maioria da população tem um consumo de energia muito baixo. Portanto, há um desequilíbrio enorme, e não é justo que essa parcela de consumo alto fique isenta de qualquer pressão para a redução desse consumo.

Então, nós temos um problema duplo, de ter solução do problema ambiental, no caso em que falo é da emissão de gases de efeito estufa, e de redução da pobreza e da desigualdade, que tem acontecido no Brasil. Muito bem. Mas ainda há muito por fazer para termos um país justo. Se pegarmos como padrão a Noruega, há uma distância gigantesca.

Bom, muito obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Sarney Filho. PV – MA) – Obrigado, Prof. Pinguelli.

Foi uma breve exposição, mas com muita informação.

Eu pergunto, para que não percamos tempo, se algum dos Parlamentares aqui presentes tem alguma questão para o Prof. Pinguelli.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Eu tenho diversas, para poder tirar o máximo proveito, mas acho que seria melhor depois.

O SR. PRESIDENTE (Sarney Filho. PV – MA) – Seria melhor depois, no fim, fazermos uma geral.

Então, está bom.

O SR. LUIZ PINGUELLI ROSA – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Sarney Filho. PV – MA) – Pois não.

O SR. LUIZ PINGUELLI ROSA – Eu tenho um problema de horário que vai me obrigar, em certo instante, a atender a Ministra. Aproveitando a minha vinda a Brasília, ela marcou uma reunião comigo. Então, talvez, eu não possa ficar o tempo todo.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Bem, aí eu quero sugerir o seguinte: quando o professor sentir que só tem mais, digamos, meia hora para ficar aqui, avisa, que a gente faz as perguntas.

Já estamos nesse prazo?

O SR. LUIZ PINGUELLI ROSA – Já.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Então, vou fazer as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Sarney Filho. PV – MA) – Vamos fazer as perguntas.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Primeiro, eu quero dizer da satisfação de ter aqui o Pinguelli conosco, pelo respeito, como o senhor mesmo disse, no começo, que o Brasil inteiro tem não apenas pela competência, mas pelo pioneirismo. Ele começou a colocar o problema da energia e do meio ambiente na nossa pauta. Antes, a gente colocava o problema da engenharia elétrica, e não da energia. O problema da energia surgiu com uma consciência muito mais ampla do problema.

Eu quero lembrar aqui o problema que ele falou de novas fontes. Eu queria retomar, para que o senhor fizesse alguma consideração sobre a viabilidade das novas fontes, como eólica e solar, cujo preço os barageiros, que são aqueles que têm uma preferência imensa pelas barragens hidrelétricas, dizem que custa muito. Não percebem que às vezes você tem que financiar um preço, num momento, para tê-lo depois mais barato.

Mas eu queria perguntar sobre a energia nuclear. Há um projeto meu aqui, muito polêmico, no sentido de que daríamos 30 anos de moratória à construção de qualquer nova central nuclear, já que eu não tive disposição suficiente para mandar fechar as duas que nós temos.

Então, eu gostaria de saber: será que estou com uma posição pessimista, exagerada ou otimista, porque, em 30 anos, a gente vai ter uma engenharia que garanta, se um meteoro cair ali, que não teremos problema? Como é que o senhor vê o futuro da energia nuclear?

A partir do problema da energia em geral e do automóvel, eu queria trazer a ideia da mudança do padrão de consumo.

É possível a gente ter um cardápio energético, uma matriz energética sustentável no longo prazo sem mudar o padrão de consumo do Brasil?

Tomemos o caso do automóvel. Não é possível – é uma afirmação que vou fazer; queria seu comentário – oferecer a todos um direito que não é possível ser garantido para todos. E a sensação que eu tenho é que automóvel não é um direito que se possa, com seriedade, sem demagogia, prometer a todos. Não só por uma questão de mudanças climáticas; não só por uma questão de esgotamento de petróleo, que a gente substitui, mas por uma questão geométrica. Eles não cabem nas ruas, ou, para caberem, nós vamos ter que gastar tanto dinheiro em infraestrutura que fica inviável. As pessoas acham que carro e petróleo são baratos,

mas não incluem no custo do petróleo a infraestrutura que a gente gasta tirando de outros setores. Hoje, todo mundo pode ter um carro, diz-se, mas não cabem todos os carros.

Eu tive uma polêmica recente com um ator que é muito defensor das coisas do Governo, quando houve a redução das tarifas de energia elétrica – e esta é mais uma pergunta que faço –, e eu disse que isso ia na contramão, porque ia incentivar maior consumo de energia, em vez de a gente procurar reduzir energia, consumo. Ele disse que eu queria impedir os outros, os pobres de ter ar-condicionado. Primeiro, os pobres, mesmo no Brasil, não estão tendo nem direitos como o se vestir, como o de estudar, como o da saúde. Segundo, eu fiz uma proposta a ele: “Eu sou favorável que todos tenham. Eu desligo o meu por um ano, você desliga o seu, e a gente dá para dois pobres usarem um ano. Quer dizer, a gente fica invertendo: cada ano, são diferentes pessoas que usam o ar-condicionado, porque, se todos usarem, vai ser muito difícil, por uma questão de energia”. E, no Brasil, até por uma questão da casa onde se mora. Os pobres moram em casas que não têm nem como segurar o ar-condicionado.

Então, é a ideia do padrão de consumo. Se por aí não é fundamental a gente agir para conseguir ter sustentabilidade. E aí – meus colegas dizem que é uma mania – eu lhe pergunto: o único caminho para fazer essa mudança não seria por meio de uma revolução educacional, em que não apenas todas as crianças tenham boas escolas, mas o conteúdo que a gente ensine para essas crianças seja um conteúdo da sustentabilidade, mesmo que isso exija uma mudança no padrão de consumo?

Essas são as colocações e a pergunta, Professor.

O SR. PRESIDENTE (Sarney Filho. PV – MA) – Muito bem. Algum outro Parlamentar deseja...

Deputado Hugo Napoleão.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PSD – PI) – Qual seria a ideia do Prof. Pinguelli com relação ao que advém da mamona?

O SR. PRESIDENTE (Sarney Filho. PV – MA) – Deputado Tripoli.

O SR. RICARDO TRIPOLI (PSDB – SP) – Presidente, eu queria saudar o Dr. Pinguelli. Ao mesmo tempo, tenho duas questões bem rápidas, práticas e objetivas.

Com relação ao sistema eólico, em que se cobra muito e, principalmente, de que o Governo reclama muito, dizendo que o caro é a transmissão, eu perguntaria: por que não utilizar a transmissão que já existe hoje no sistema convencional para suprir energia com o sistema eólico?

Em segundo lugar, a afirmação que se faz de que a energia solar ainda é muito cara porque não existe em escala. Se existisse em escala, obviamente o custo não seria o que há aí e, com isso, estaríamos resolvendo, quem sabe, o problema do sistema das térmicas que são movidas a diesel.

O SR. PRESIDENTE (Sarney Filho. PV – MA) – Bem, passo a palavra, então, ao Prof. Pinguelli.

O SR. LUIZ PINGUELLI ROSA – Obrigado, Deputado.

Bem, é uma prova, um exame.

As renováveis. Bem, renováveis existem de diferentes escalas. A energia hidrelétrica é renovável tecnicamente e é de grande escala. Aí é interessante tocar na nuclear porque a nuclear não é renovável. Usa-se estoque de combustível existente na natureza, mas ela não emite CO₂ no funcionamento do reator. Emite menos do que a hidrelétrica. A hidrelétrica emite, mas menos do que uma termoeletrica tipicamente. E aí há a discussão, de que eu discordo, de imputar uma responsabilidade maior do que se deve à emissão da hidrelétrica, mas ela existe. Na nuclear não existe.

O Senador Cristovam tem razão, eu acho que há um espaço de crescimento das renováveis não convencionais, vamos chamar assim, para excluir a hidrelétrica. Está acontecendo o crescimento da eólica no Brasil. Eu até citei, na pequena intervenção, que ela já ultrapassa a nuclear. O problema da eólica é que ela está entrando com algumas dificuldades de transmissão, porque as linhas de transmissão se atrasaram em relação à construção da eólica. E existe a situação inadequada de algumas usinas eólicas construídas sem escoamento. Essas linhas estão sendo construídas, têm um cronograma atrasado, por questões ambientais, em alguns casos, ou por questões de gestão, em outros. O fato é que temos de colocar as linhas, e isso tem que ser providenciado.

Esse não é um grande problema, é um problema conjuntural. As eólicas terão que ter as transmissões ligadas. Essa é a grande novidade. A maior taxa de crescimento por fonte é a eólica no Brasil hoje. E o custo dela caiu muito. As primeiras eólicas do Brasil surgiram no início do governo do Presidente Lula e eram caríssimas. Elas entraram num programa específico para eólica, biomassa e PCHs, em que os custos eram muito altos. Entretanto, já agora, nos últimos anos, nos leilões que foram feitos, as eólicas ganharam inclusive das termoeletricas e se aproximaram das hidrelétricas. Então, a eólica é uma...

Agora, ela não serve para fazer a complementação convencional. Porque a eólica depende da disponibilidade do vento, e pode-se precisar da energia num certo momento em que não há vento. Então, a

complementação por excelência é térmica. Estoca-se o combustível, que pode entrar rapidamente em operação.

A nuclear também não serve para complementar porque o reator nuclear não pode ficar sendo ligado e desligado. Ele tem que funcionar em regime permanente, além de ter um investimento altíssimo. E não tem sentido um investimento altíssimo desligado. Ele tem que recuperar o capital mobilizado nele. Nuclear é para funcionar o tempo todo, não serve para esse tipo de complementação que está havendo agora: faltou água, então vamos ligar as térmicas. E também a eólica, por causa do vento. Então, ela tem que ser usada numa outra racionalidade.

Mas há no Brasil uma racionalidade, porque há certa complementaridade da variação da predominância dos ventos com a disponibilidade ou a falta de água nas usinas que estão sendo construídas na Região Norte. Então, a eólica vai ter um papel.

Com relação à nuclear, eu não sou tão rigoroso quanto o Senador. Eu não sei dizer bem o que deve ser feito com a nuclear. O que é real é que, se, de um lado, não emite gás de efeito estufa e foi vista como uma solução, ela...

O caso de Fukushima mostra que, num país de tecnologia muito adiantada, com intempéries naturais, ela ficou exposta a riscos muito elevados. E isso é real. A radioatividade é uma coisa perigosa e não há como eliminá-la do uso da energia nuclear, temos de conviver com ela.

Ela tem evoluído. Os reatores hoje propostos são chamados avançados, mas o risco da radioatividade continua. E são dois. Um deles é no funcionamento do reator, o problema de acidente, como aconteceu em Fukushima. Foi um acidente. Como aconteceu em Three Mile Island, nos Estados Unidos, como aconteceu em Chernobil. São acidentes. Aí a radioatividade foge da sua prisão e vai ao ambiente, de uma maneira perigosíssima.

Aqui no Brasil ocorreu um triste acidente. Aliás, Srs. Parlamentares, prestem atenção nisto: eu acho que as vítimas do acidente com o césio não estão sendo devidamente atendidas. Foi boa a pergunta porque foi criada uma fundação cujo nome é o de uma das vítimas, Leide das Neves, específica para atendê-las, depois foi desfeita essa fundação, em Goiás, e elas não têm mais esse atendimento especial. Foram muitas as pessoas atingidas pela radioatividade do césio-137, no acidente que não tem nada a ver com energia, e sim com uso medicinal da radioatividade.

Continuando. O padrão de consumo é o assunto mais sério.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Permita-me, Professor.

Eu acho que o senhor ia falar... Porque há dois problemas. Um problema é o acidente e o outro deveria ser o lixo.

O SR. LUIZ PINGUELLI ROSA – É, é o lixo. Tem razão, eu me perdi. O primeiro é o acidente, que são esses citados, e o outro é o depósito do lixo radioativo. Classificamos de maneira simples. Há o de altíssima atividade, que é o próprio combustível irradiado, que tem mistura de plutônio com outros elementos de altíssima radioatividade; e existe o chamado de baixa e média atividade, que é tudo aquilo que se contamina no funcionamento da usina.

No Brasil, não existe depósito radioativo definitivo nem de um nem de outro. Estão todos em situação provisória na área do reator de Angra. E é uma área ruim, pois ocorrem muitos acidentes devido a desabamento. Há muitos anos, um laboratório de material radioativo foi parar dentro do mar porque desabou junto com a encosta. Felizmente, não houve vítimas porque ninguém estava lá dentro na hora. E o efeito da radioatividade foi muito limitado porque o laboratório foi soterrado no fundo do mar e não era grande a quantidade de material. Era um laboratório de provas, etc. Mas apenas dá a ideia de que aquela é uma região inconveniente, embora o depósito desse material radioativo seja adequado, mas ele não pode ser definitivo ali. Então, nós temos que dar destino a esse material, sendo mais urgente o de baixa e média atividade, porque ele se acumula com uma quantidade maior e é mais difícil encontrar esses locais.

Eu não estou fazendo nenhum terrorismo; está tudo bem cuidado lá, mas não se pode prorrogar no tempo. O de alta atividade, eu acho melhor ficar mesmo na piscina onde está, por enquanto, porque não se teria clareza do que se fazer com ele. Mas os de baixa e média têm o mesmo padrão de Goiânia, do depósito de Abadia, que é um padrão técnico adequado. O problema é encontrar um local aceitável, porque, qualquer lugar que se escolha, a população local terá um ônus. Esse é o outro problema, sim, o lixo radioativo, que é uma coisa que se prolonga por um tempo enorme.

Para poder completar as respostas: o padrão de consumo é o grande problema da sociedade, não só pelo efeito estufa.

Nós fomos conduzidos a um padrão de consumo impossível pelas condições do Planeta. Agora, eu bato na tecla: é preciso que isso atinja a todos. Eu não sou a favor de a gente ficar com o nosso padrão de consumo aqui – nós que já passamos a porteira – e fechar a porteira para os demais. Não.

Distribuição de renda vai significar sempre expansão desse padrão de consumo. Agora, a sociedade se autodisciplinar é uma questão de educação e mais do

que isso: é uma questão de política. A educação é um componente. A política é outro. E é preciso escolhas da sociedade; é preciso que os partidos políticos incluam isso nas suas pautas, que os líderes políticos vocalizem isso nos seus discursos, que a sociedade sinta essa importância e que se votem medidas obrigatórias. Por exemplo, pode ser o uso do automóvel. No Brasil, algumas cidades já tiveram restrições por número da placa; nós todos vivemos as restrições na época do choque do petróleo – lembram-se os mais velhos –, quando só se podia usar o carro durante a semana; ou os postos fechavam aos sábados, domingos e feriados. São medidas... E, acima de tudo, oferta de metrô.

Nenhum cara de bom juízo, em Paris, sai de casa e pega seu carro para ir ali, porque ele não vai parar ali com o carro; vai ficar rodando. E de metrô, ele, de uma forma decente, vai chegar aonde ele quer ir, porque há metrô. Nas nossas cidades, não há metrô.

Padrão de consumo é um prato cheio para discussão, e a mudança climática exige essa mudança, de padrão de consumo. E isso é uma revolução.

A palavra “revolução” está fora de moda. Não se fala mais em revolução. Esse era um assunto da minha geração. Eu acho que revolução, seja lá qual for, não precisa ser igual às outras, mas ela tem que ser feita.

Redução da tarifa elétrica. Aí há uma faca de dois gumes. Nós temos, de um lado, uma tarifa cara. O Brasil pratica uma tarifa elétrica cara. Ainda cara, e era mais cara ainda. Então, eu não posso discordar do objetivo de reduzir uma tarifa cara, principalmente para as famílias, porque as indústrias – aí há uma informação mal digerida – não pagam a tarifa que está escrita. Elas praticam – as grandes indústrias, as grandes empresas – tarifas sigilosas; sigilosas no sentido comercial. Nós não sabemos quanto elas pagam de energia porque elas fazem contratos como consumidores livres, diretamente com as empresas elétricas, sem seguirem as regras das tarifas. Então, elas pagam menos. Em geral, bem menos. Mas, de qualquer modo, a nossa tarifa é cara. Agora, da maneira de reduzir a tarifa, eu discordei completamente. Quer dizer, a Presidenta Dilma tinha razão na questão da tarifa cara, a meu ver, porque ela era muito cara no padrão internacional, principalmente para países que usam geração hidrelétrica. Se compararmos o Brasil com o Canadá, veremos que a tarifa é muito cara. Se compararmos com os Estados americanos hidrelétricos – os americanos variam muito, alguns Estados usam muito hidrelétrica; o sistema deles não é unificado nacionalmente como o nosso, ele é mais regionalizado –, veremos que pagam tarifas muito menores. Agora, a maneira como foi feita, eu acho que foi às custas do grupo das empresas estatais, ou melhor, das gerado-

ras federais, que ficaram inviabilizadas tal como elas eram. Porque o cálculo apenas pela amortização das usinas é correto, mas o sistema tem que funcionar. É preciso olhar mais a engenharia.

O Senador Cristovam é engenheiro de sua origem – eu sei bem –, embora tenha se tornado, antes de ser político, um economista ambiental, influenciado pelo nosso amigo Ignacy Sachs onde estudou. Mas voltar à palavra engenharia é muito importante no Brasil, porque a gestão está muito voltada hoje para a economia e o direito. As empresas têm de dar atenção ao lado da engenharia. O que está fazendo caírem as linhas toda hora, cá e acolá, é excesso de direito e de economia e falta de engenharia nas empresas.

Eu tenho muito medo que essa redução do tamanho da Eletrobras, que não é Eletrobras – a Eletrobras não é nada; o que é muito é Furnas, Chesf, Eletronorte –, seja feita às expensas da engenharia. Aí você vai ter empresas de advogados com economistas; economistas calculando as amortizações, os custos; os advogados processando-se uns aos outros, porque um cria dificuldade e outro vende facilidade. E quem vai cuidar dos eletros para andar pelos fios e chegar...? Eu acho que tenho medo disso.

Bem, de revolução educacional eu já falei quando toquei na questão da revolução. Eu acho que puramente educacional eu não vejo como. Revolução tem que ter um componente político, econômico, social, educacional. Revolução é coisa séria. Revolução não precisa matar todo mundo, não precisa prender todo mundo, mas precisa mudar muito a sociedade.

E nós vivemos um momento interessante na América do Sul, que são os governos que têm um componente revolucionário no seu ideário. O Brasil, muito moderado, diria até moderadíssimo; a Venezuela, cujo presidente morreu, mais nacionalista, talvez nacionalistíssimo; e, entre os dois, a Bolívia, o Equador, a própria Argentina. Este é um momento interessante, porque há essa ideia da revolução, embora não esteja sendo bem executada. Revolução, eu acho sério.

A mamona: aí vem um assunto que não é exatamente ligado à mudança climática, mas sim a bio-combustível, porque a importância do biodiesel para mudança climática é muito menor que a do etanol, embora o seu uso seja muito mais importante, que é o uso no transporte de carga e coletivo, misturado ao diesel.

O ideário do biodiesel era a produção por pequenos produtores em uma variedade de produtos agrícolas, que foi absolutamente sufocada pela soja, com uma pequena participação do sebo bovino.

A mamona, o dendê, o girassol, havia várias outras soluções que não tiveram lugar, porque a abundância de soja dominou o mercado completamente.

Então, o nosso biodiesel é de soja, que, energeticamente, é a pior solução de produção de biodiesel, se pensar em litros por hectare, mas ele é abundante. Aliás, tivemos uma discussão ontem, na COP; numa tese, ainda se está discutindo, porque ficou uma dúvida. O fato é que a proporção de produção de grãos que vai para o biodiesel é muito pequena, é da ordem de 2,5%. Se você pegar massa de soja e considerar o que vai para o biodiesel, a proporção é pequena. Se você considerar a capacidade de geração de biodiesel de toda essa massa, aí a proporção do que vai para o biodiesel é muito maior. Mas, de qualquer modo, a soja é feita para exportação, e o biodiesel, no fundo, é quase um excedente da soja. Isso é que justifica esse domínio da soja, além da monocultura e do poder político que têm os produtores de soja.

O fato é que quase todo o biodiesel no Brasil é feito de soja, e a mamona, junto com tudo o mais, ficou de lado. Ela, de fato, é a mais complicada. Há problemas com o biodiesel de mamona, mas a tecnologia os resolveria.

O SR. PRESIDENTE (Sarney Filho. PV – MA) – Parece-me, Prof. Pinguelli – desculpe-me a interrupção –, que a mamona era mais um programa de geração de renda para o pequeno produtor do que um programa energético, não é?

O SR. LUIZ PINGUELLI ROSA – Mas, Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Sarney Filho. PV – MA) – A ideia da mamona era esta: aproveitar um programa de geração de renda e linkar com a... Não, eu só estou dizendo que a ideia era essa e que não deu certo.

O SR. LUIZ PINGUELLI ROSA – Tem toda a razão, mas um dos objetivos do programa do biodiesel, que surgiu na COP... O Presidente Lula, antes de ser Presidente, visitou o nosso laboratório, pequenininho, no tempo em que estávamos discutindo o renascimento do biodiesel, que já tinha uma história passada no Brasil com o nome de óleo vegetal. No tempo do Programa do Álcool, também houve um programa de óleos vegetais que fracassou basicamente por falta de matéria-prima. Naquele tempo, o Brasil não era um enorme produtor de soja, era diferente.

Mas o fato é que esse objetivo que o Deputado coloca, com toda a razão, estava tanto no programa original do álcool, para estimular o pequeno produtor, para limitar o usineiro de usar cana própria e obrigá-lo a comprar cana, o que também fracassou – no tempo do Ministro Severo Gomes, esse era o objetivo –, como também aqui. Um dos objetivos do biodiesel era o estímulo da produção diversificada por muitos produtores. Isso fracassou.

O capitalismo é perverso. No capitalismo, o grande sempre ganha. Apenas os neoliberais ainda acre-

ditam que cada pequeno, cada pequenininho vai... O pequeno, o pequenininho é coadjuvante. Quando há um programa com um mercado grande, o grande toma conta. E acho que isso aconteceu... (*Falha na gravação.*) ... não prosperou.

O eólico e o solar. O eólico vai bem no Brasil, está se expandindo. Acho que ele tenderá a se expandir.

Há uma perversidade aí. Tenho sempre dito isto e repito: já existem mais de dez empresas fabricantes de geradores eólicos no Brasil, mas nenhuma é brasileira. Essa aversão pela tecnologia do empresariado brasileiro é assustadora. Quer dizer, falta empreendedorismo, falta assumir risco. Se nós somos um bom mercado para a energia eólica, por que o empresário brasileiro não produz, não entra no jogo, mas só os estrangeiros? São muito bem-vindos todos os estrangeiros que queiram vir para cá, mas é um país esquisito o nosso. O eólico, portanto, vai bem, obrigado.

Quanto ao solar, já há uma legislação que diz que o lugar do solar não vai ser a geração centralizada. Poderá haver alguma, no mundo existe alguma, mas a vocação do solar é a geração distribuída. Não passa pela cabeça de ninguém ter um gerador eólico no seu telhado, até porque se pode morar num lugar em que não haja muito vento, e, além disso, vai ser incômodo um gerador eólico assim. Agora, um coletor solar é só colocá-lo em cima do telhado. E aí há aquela possibilidade da geração distribuída, e, inclusive, reverter: a família, além de ter o gerador solar para si, poderá, havendo disponibilidade, vendê-lo para a rede. Já há uma instrução da Aneel permitindo isso, e acredito que isso tenderá a aumentar. Por quê? Porque, quando você compara o custo da energia solar com o custo da geração elétrica na rede, ele é muito maior. Mas, quando você compara a tarifa que você paga na sua casa, você verá que, mesmo com a redução, ela é alta, pois é de R\$400,00 o megawatt/hora.

Houve a redução, mas houve o aumento, porque, de um lado, o Governo está subsidiando a termoeletrônica, para não entrar o aumento agora, mas há também as regras de reajuste das empresas distribuidoras, que são muito bem-remuneradas no Brasil, porque vêm da privatização esses contratos, que foram contratos feitos para atrair essas empresas. Peguem os balanços das distribuidoras brasileiras e verão que eles são bons para quem é acionista delas.

Então, acho que o solar vai entrar como geração distribuída.

E aí acho que passei por todos os itens da prova que vocês me deram. Não sei se fui aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Sarney Filho. PV – MA) – Foi aprovado com mérito.

O Deputado Sirkis pediu a palavra.

Pergunto se o que vai falar diz respeito à exposição, porque há mais três expositores. O senhor prefere falar depois ou agora? Quer fazer algum tipo de intervenção?

O SR. ALFREDO SIRKIS (PV – RJ) – Provavelmente, o tema dos demais expositores é referente mais à parte de educação, pelo que tenho visto aqui. Então, seria para comentar mais...

O SR. PRESIDENTE (Sarney Filho. PV – MA) – Então, peço que fale com bastante brevidade, porque ele vai ter de se retirar agora. Por isso, nós abrimos essa exceção.

O SR. ALFREDO SIRKIS (PV – RJ) – Certo.

Bem, acho que, neste momento, está claro que o nosso primeiro desafio é o combate às emissões não florestais. As emissões florestais baixaram de forma significativa. Daqui para frente, vai ser mais complicado que baixem na mesma proporção. É claro que o esforço prossegue, mas, muito provavelmente, no próximo inventário que o Brasil fizer, outras emissões vão passar à frente ou, pelo menos, vão chegar muito perto das emissões florestais.

E aí a gente cai no campo da energia. No caso brasileiro, seria mais a energia dos veículos. O consumo dos veículos tem se expandido de forma muito grande nos últimos anos, subsidiados de forma indiferenciada, sem critérios, pelo Governo. Estão aí todas essas medidas que foram tomadas em relação à indústria automobilística sem nenhuma contrapartida tecnológica.

Você mencionou, em outras ocasiões – deve ter mencionado antes de eu aqui chegar –, a questão quase escandalosa do que está acontecendo com o Proálcool, o retrocesso que o País está vivendo.

Por outro lado, desconfio um pouco daquela formulação de que temos todos de nos conscientizar e de que temos de baixar o padrão de consumo. É claro que sim, é claro que o comportamento dos cidadãos, em última análise, determina certo grau de emissão, mas acho que isso não pode ser alegado de maneira a isentar os governos de fazer o que eles têm de fazer. Acho que os grandes agentes da redução ainda são e, durante bastante tempo, serão os governos.

Então, no nosso caso, vejo, neste momento, como ponto crítico esse aí que foi mencionado, que não vou repetir, mas que tem a ver com a indústria automobilística e com o tratamento dado à questão do etanol.

Na questão do solar, que foi abordada de forma rápida e correta por você, eu diria que, infelizmente, o grande inimigo do solar distribuído neste momento no Brasil é o Ministério de Minas e Energia. Já tive a oportunidade de narrar aqui e também numa conversa que tivemos individualmente o que aconteceu com

uma emenda minha destinada a formar técnicos de nível médio na instalação de painéis solares.

Tenho ouvido repetidas manifestações do secretário de subdesenvolvimento energético do Ministério de Minas e Energia, o Sr. Altino Ventura Filho, hostis e contrárias, militantemente e beligerantemente contrárias à energia solar, com base em informações de cinco ou seis anos atrás. Esse cidadão não se atualizou e não sabe o que está acontecendo com o solar nos Estados Unidos, na China, na Alemanha, na Itália.

Então, de fato, é um Governo curioso, porque, de um lado, a Aneel, embora com alguns problemas, deu um passo adiante, com a regulamentação – falta ver a questão condominial, que é muito séria –, mas, por outro lado, temos o Ministério de Minas e Energia beligerantemente contrário à energia solar. Então, isso aí vai ter que ser arbitrado de alguma forma, vai ter que ser resolvido de alguma forma, mas é curioso que o Governo tenha uma parte que acelera e uma parte que freia ao mesmo tempo. E um carro nessas condições tem excelentes chances de quebrar, de enguiçar e de bater. Então, penso que nós devemos nos debruçar sobre essa questão.

Só um detalhe, para finalizar, em relação ao que foi dito aqui sobre o nuclear. É preocupante quando você coloca que é melhor que o lixo nuclear de alta radioatividade seja mantido indefinidamente na praia de Itaorna. Primeiro, a começar pelo nome Itaorna, que quer dizer pedra podre, o que é indicativo de certa instabilidade geológica, que você mesmo mencionou no episódio do laboratório.

Em segundo lugar, se nós acreditamos de fato no aquecimento global e acreditamos que o nível dos oceanos vai se elevar – e falando de lixo radioativo, estamos falando de milênios, não apenas de séculos –, é importante se colocar o problema de um depósito à beira-mar, um depósito de lixo nuclear de alto teor radioativo à beira-mar numa praia chamada pedra podre.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Presidente, posso fazer uma complementação ao Deputado Sirkis?

O SR. PRESIDENTE (Sarney Filho. PV – MA) – Pois não. Com bastante brevidade.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Ele colocou que existe um pé mais forte que outro. Eu acho que tem um pé forte, um pé muito mais forte que o outro e vai dar um cavalo de pau. *(Risos.)*

Eu creio que o problema é como ele coloca, mas também as empresas geradoras e produtoras de energia elétrica e hidráulica, ou seja, hidrelétrica, que, de fato, não têm uma visão de médio e longo prazo. Eles tratam... O Prof. Pinguelli falou sobre a falta de consideração de engenharia, e é verdade, e de ges-

tão – está aqui o Deputado Pitiman, que se preocupa muito com isso –, mas é, também, um problema de horizonte no tempo.

Um dia desses me perguntaram o que eu recomendaria à Presidenta Dilma. Eu disse: “Ir ao oculista.” Porque ela olha as coisas com uma miopia muito grande. Os pequenos pacotes que ela faz na economia são coisas para equilibrista, não para estadista. E eu creio que a energia está sendo tratada assim. A redução das tarifas sem uma visão do que vai acontecer com isso em médio e longo prazo. Não seria melhor manter a tarifa e capitalizar-se para inovações, inclusive alternativas de fontes? Eu creio que está faltando estratégia. A COP sempre trabalhou nisso e imagino como vocês ficam angustiados quando veem as medidas sendo tomadas, pesando não só a administração e a economia, mas a visão da contabilidade, que é ainda mais forte do ponto de vista do imediato.

Se o Professor ainda tiver tempo, eu gostaria de colocar isso, complementando o que falou o Sirkis.

O SR. PRESIDENTE (Sarney Filho. PV – MA) – Nós vamos passar a palavra para o Prof. Pinguelli para que ele possa ultimar.

O SR. LUIZ PINGUELLI ROSA – Agradeço, Deputado.

O Sirkis tem razão. Coincidimos bastante com a visão, quando você falou, e eu tinha falado aqui antes, sobre o etanol, etc. O problema do carro... Repito: não concordo com fechar a porteira para os outros, no sentido de não facilitar a entrada do carro. Quer dizer, o que o capitalismo prometeu para todo mundo? Vamos nos locupletar todos. E vale o Stanislaw Ponte Preta: ou se restabelece a moralidade ou se locupletam todos. Quer dizer, todo mundo quer a “bugigangalhada” que a gente tem, incluindo o automóvel nessa pauta.

Agora, de fato, aqui há um problema já imediato. A entrada de carros muito grandes no Brasil e a moda da classe média é usar esses automóveis, o carro de tração nas quatro rodas, muito anunciados no Brasil, e viraram moda, no Leblon, aqueles carros enormes que parecem feitos para a guerra. E há outros, mesmo os automóveis, não só as caminhonetes. Essa tendência ao carro grande acho que poderia ser penalizada.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUIZ PINGUELLI ROSA – Era fácil, por uma tributação ou por esses estímulos que foram dados... Já no passado houve um estímulo para a compra de carros pequenos no Brasil. Realmente, esse estímulo que foi dado agora foi para todos os carros. Eu acho isso um erro grave. Esse é um ponto.

Eu concordo com essas colocações. A revolução nunca será, eu acho, estritamente de consciência. Ela participa ao cidadão, é claro, mas eu acho que as mu-

danças têm que vir na política, tem que ter governo tomando medidas, Congresso aprovando leis que vão em alguma direção, e o Brasil precisa olhar longe sim. Eu acho, então, que isso é necessário.

E concordo com essas observações sobre o lixo radioativo. Veja só: são escalas de tempo. Quando eu afirmo que, na situação atual, é melhor que o lixo de alta atividade fique lá porque eu acho que não se sabe o que fazer dele. Então, no momento, ele está junto com o reator nuclear, que é o lugar mais protegido que tem porque todos prestam atenção ali, há toda uma tecnologia em torno disso.

(Soa a campanha.)

O SR. LUIZ PINGUELLI ROSA – Agora, não numa escala de tempo indefinida. Eu acho que a prioridade é o destino ao lixo de baixa e média atividades. E também concordo com as observações do Senador colocadas aí.

Acho que já exagerei na minha participação aqui e não devo falar mais nada.

O SR. PRESIDENTE (Sarney Filho. PV – RN) – Muito bem. Mas foi muito proveitoso.

O SR. LUIZ PINGUELLI ROSA – Vou pedir desculpas porque vou lá encontrar a Izabella.

O SR. PRESIDENTE (Sarney Filho. PV – RN) – Antes de o senhor se retirar, eu gostaria de fazer duas observações muito rápidas.

No que diz respeito à redução da tarifa de energia, o Governo já tem um programa – se é para ajudar os pobres – que isenta as famílias mais pobres. Podia ampliar esse programa, ao invés de fazer essa redução, conforme foi feito. E no que diz respeito, evidentemente, a esse incentivo através da redução de IPI para carros, é lógico que o Governo deveria estar investindo mais era no transporte coletivo, como foi dito anteriormente. Esses são dois erros de foco que entendo que têm consequências nas emissões de gás de efeito estufa.

Obrigado, Prof. Pinguelli. Sinta-se liberado. Nossos agradecimentos.

O SR. LUIZ PINGUELLI ROSA – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sarney Filho. PV – RN) – Bem, então vamos, imediatamente, passar ao Secretário Executivo da Agência de Notícias dos Direitos da Infância, Veet Vivarta.

S. Ex^a tem até quinze minutos para fazer sua exposição.

O SR. VEET VIVARTA – Boa tarde a todas e todos.

Quero saudar aqui, na pessoa do Deputado Sarney Filho, os colegas de mesa, os Parlamentares presentes.

Eu queria tomar um minuto desses quinze minutos de fama a que eu tenho direito para ajustar dois pontos em relação à agenda.

Primeiro, a Andi, a Agência de Notícias dos Direitos da Infância, que vem atuando, continua atuando fortemente nesse tema, há dois anos, fez uma atualização da sua agenda e hoje ela se chama Andi – Comunicação e Direitos, e isso ajuda a explicar um pouquinho porque vamos conversar aqui sobre mudanças climáticas e Código Florestal.

O segundo ajuste que creio importante é que fui convidado para discutir a questão sobre a qual a Andi tem conhecimento e trabalha, que é o papel da comunicação na imprensa em relação a temas importantes da agenda socioambiental. Então, se quisermos aproximar esta fala do campo da educação, seria muito mais no sentido da sensibilização e da conscientização da opinião pública, e não, necessariamente, num ambiente escolar.

Dito isto, vou fazer uso desta ferramenta que espero possa ser útil para acelerar o processo de apresentação de informação nestes quinze minutos.

Vou trabalhar com duas análises que foram realizadas pela Andi ao longo dos últimos anos e qual o sentido de fazer esse tipo de leitura crítica do conteúdo.

Próximo, por favor.

Primeiro, o jornalismo, a imprensa, de uma maneira geral, continua sendo uma variável importante na definição dos temas que estão no topo da lista de prioridades dos decisores públicos. Então, consideramos que é fundamental entender de que forma a imprensa está influenciando a construção de prioridades na agenda pública.

Depois, a mídia é provedora de informações contextualizadas e, se cidadãos e cidadãs conhecem melhor os seus direitos, podem, é claro, passar a exigí-los, a participar de forma mais ativa na luta pela promoção e garantia desses direitos.

Finalmente, todos nós conhecemos esse papel importante da mídia também como fiscalizadora, como parte do sistema de freios e contrapesos das instituições. Esse papel de cobrança em relação às instituições, às políticas públicas e aos responsáveis pela elaboração e implementação dessas políticas é um elemento central na agenda do desenvolvimento, que é o que nos interessa, imagino, debater hoje.

Gostaria de trazer dados sobre uma pesquisa que foi feita sobre o tema “Mudanças Climáticas”. Ela é um pouquinho antiga, mas não perdeu a atualidade. Analisamos 50 jornais brasileiros: 6 jornais que chamamos de circulação nacional, influência nacional, e 44 jornais regionais. Foram dois períodos de análise,

totalizando 2,5 anos, 42 meses, de julho de 2005 a dezembro de 2008.

Alguns dados interessantes. A mídia funciona muitas vezes a partir de fatos que se destacam na realidade: o Relatório Stern – alguém se lembra ainda dos bons tempos em que o Relatório Stern gerava impacto e ajudava a impulsionar esse debate? –; a questão da estréia do documentário “Uma Verdade Inconveniente”, do ex-Vice Presidente Al Gore; o Oscar concedido a esse filme e, em seguida, o Prêmio Nobel da Paz para o próprio Al Gore e para o IPCC pelos esforços na disseminação de informação sobre as mudanças climáticas. Eu acho que temos que ser saudosistas. Era um período em que a agenda de mudanças climáticas estava com muito mais visibilidade e força na opinião pública.

Aqui há um elemento interessante: a distribuição de notícias segue um pouco esses fatos de maior visibilidade. A imprensa não atua isolada dessas manifestações da realidade e não é uma tendência apenas no Brasil.

Próximo, por favor.

Vê-se que há estudos internacionais mostrando também essa flutuação no campo da cobertura da imprensa em relação à temática de mudanças climáticas. O único dado triste para nós é que a última linha é a relativa à América do Sul e África, ou seja, é onde a mídia menos deu atenção ao tema. Vê-se a linha europeia, essa linha violeta, e a linha da Oceania, azul-clara, se destacando como as regiões onde a imprensa...

O SR. PRESIDENTE (Sarney Filho. PV – MA)

– Esses picos têm a ver com as reuniões da COP?

O SR. VEET VIVARTA – Têm a ver com COP, têm a ver com a questão do...

O SR. ALFREDO SIRKIS (PV – RJ) – Copenhague?

O SR. VEET VIVARTA – Copenhague está lá, sem dúvida.

Então, eu tenho que confessar que sou saudosista. Eu acho que essa agenda, como já foi dito aqui pelo Prof. Pinguelli, já teve melhores tempos em termos de prioridade política e também de visibilidade pública.

Um dado importante – eu sei que todos nós participamos uma vez ou outra desse esporte nacional de criticar a mídia –: é importante reconhecer alguns méritos da cobertura da imprensa brasileira em relação a esse tema. Nos dois períodos que acompanhamos, vê-se que passa a haver uma atenção muito mais forte para a realidade nacional. Nós começamos com 42% das matérias focadas no Brasil e, no segundo período, já quase três quartos das reportagens, artigos, editoriais mostravam que há um dever de casa a ser feito pela sociedade brasileira em relação ao tema, ou seja,

se move de uma pauta internacional para uma pauta que vai ancorando na realidade brasileira.

Próximo, por favor.

Dentro dos estudos de mídia, a questão do enquadramento ou *framing* é importante. Então, do ponto de vista temático: abordagem ambiental em primeiro lugar – vamos à última coluna –, 45% das matérias têm uma abordagem ambiental; depois uma abordagem econômico-financeira, 18,7%; uma abordagem política, 15,8% – esses são os principais e eu pediria, se fosse possível, para registrarem esse “política”, porque quando, daqui a pouquinho, olharmos os dados sobre a cobertura, sobre a tramitação do Código Florestal aqui no Parlamento esses números certamente vão mudar –; e científica e tecnológica apenas 4%. Esse é um problema que nós seguiremos vendo mais à frente.

Próximo, por favor.

Aqui outro tipo de leitura muito interessante: o enquadramento institucional, a partir de que perspectiva, do ponto de vista das instituições que compõem o espaço público no País, essa discussão está acontecendo segundo a perspectiva dos jornalistas. E aí nós vemos que há um entendimento por parte da mídia de que o Poder Executivo tem uma responsabilidade, como foi dito há pouco, em relação a impulsionar essa agenda. Não podemos esperar que esse tema avance sem o envolvimento concreto e sustentado do Poder Executivo. O Legislativo aparece bem diminuto. O Judiciário nem se envolve praticamente. Organismos internacionais é de se esperar. O setor privado tem um papel mais relevante nessa cobertura. E lá embaixo instituições de ensino e pesquisa e organizações da sociedade civil também na faixa de 10%.

Próximo.

Vou acelerar.

Entre os méritos dessa cobertura, em comparação com uma série de outros estudos – já fizemos em torno de 50 estudos temáticos ao longo dos 15 anos sobre o comportamento da mídia em relação à agenda socioambiental –, é importante olhar aqui dados estatísticos. Os dados estatísticos se aproximam de quase 50% das matérias. Elas trazem e comparam dados estatísticos de diversos contextos, ou seja, ajudam a qualificar essa cobertura. E ali embaixo, no último quadro, é importante entender que também a menção à legislação é muito expressiva e muito acima da média da cobertura da imprensa sobre outras temáticas, ou seja, há um entendimento dos profissionais de comunicação de que esse tema exige um debate aprofundado e exige ser discutido a partir de uma perspectiva de políticas públicas. Então, nesse sentido, a imprensa brasileira soube fazer o dever de casa. Não digo que é uma cobertura perfeita, mas ela tem méritos.

Próximo.

Fontes ouvidas, quem os jornalistas entrevistavam para contar essas histórias: Governo brasileiro, quase 20% no segundo período; estrangeiros, que acabaram perdendo espaço e isso é um mérito; organismos internacionais; empresas não estatais, sociedade civil; especialistas e técnicos. Esse é o desenho dessa cobertura. De novo é interessante dizer: acho que há um entendimento importante das forças que estão aí envolvidas nesse debate.

Próximo, por favor.

Aqui temos a tristeza, que já foi parte de debates nesta mesa ao longo deste dia, de dizer que não estamos discutindo esse tema da mudança climática vinculado à pergunta mais complexa que, eu creio, nós temos hoje que é que tipo de desenvolvimento nós queremos e essa quimera do desenvolvimento sustentável, essa imagem bonita que nos motiva, como ela realmente pode ganhar concretude, se transformar em política pública. Eu acho que nós estamos realmente com uma dívida grave nesse campo e acho que o fato de termos tão pouca menção, nessa cobertura de mudanças climáticas, ao conceito de desenvolvimento, especialmente desenvolvimento sustentável, em parte pode ser creditado a problemas da imprensa, mas, acho, grande parte também à falta de um compromisso mais sério do nosso País em impulsionar essa agenda.

Para finalizar essa primeira parte – próximo –, é isso. O que aconteceu eu acho que já foi mencionado aqui, mas vale registrar: a Conferência das Partes teve grande atenção da mídia. Nós mesmos estivemos envolvidos num esforço de levar às redações do Brasil informações que permitissem uma cobertura mais qualificada da agenda da Copenhague, mas, naquela época, pesquisas de opinião, creio que vocês recordam, demonstravam que a sociedade brasileira era uma das mais preocupadas em relação a esse tema, se destacando, inclusive, em relação a populações de países europeus, mas, a partir de então, tivemos o fracasso das negociações no âmbito da COP – pode não ser um fracasso completo, mas houve uma frustração clara em relação a resultados –, os impasses em relação a Kyoto, a crise financeira internacional, desmobilizando governos que estavam na liderança desse processo e aqui, mais recentemente – eu entro aqui para, espero, os meus cinco minutos finais –, a questão do Código Florestal nos dois últimos anos aqui no Brasil. Acelerando então...

Próximo, por favor.

Trabalhamos basicamente a análise do período de tramitação na Câmara, o período mais quente da tramitação na Câmara, porque o projeto ficou, durante muitos anos, esperando se movimentar e utilizamos

esses insumos para alguns debates durante o processo de tramitação no Senado, ou seja, a ideia era olhar a cobertura, durante a tramitação na Câmara, para tentar contribuir para uma qualificação durante o processo de tramitação no Senado Federal.

Próximo.

Analisamos 5 jornais de abrangência nacional que foram os que mais contribuíram para essa cobertura, com quase 44% dos textos analisados, um pouquinho mais de 44% – próximo – e mais 12 jornais de abrangência regional que responderam por quase 56% dos textos. O Correio do Estado do Mato Grosso do Sul se destacou nesses regionais como o que deu maior atenção ao tema por motivos, creio, evidentes.

De novo nós temos ondas de cobertura e aqui nós vemos que a própria votação, é claro, atraiu muito a atenção, mas a repercussão pós-votação na Câmara dos Deputados também gerou muito debate e uma atenção grande por parte da imprensa.

E aqui eu creio que é o ponto mais interessante dessa reflexão: nós tivemos, não podia ser diferente, mas isso não deixa de ter impacto, uma cobertura pautada pelo campo político. O tema do Código Florestal foi enviesado fortemente pelas forças políticas em disputa no Congresso Nacional e isso acabou comprometendo uma cobertura mais qualificada. Não estou aqui propondo que os temas em discussão no Parlamento não sejam tingidos pela influência dessas forças políticas, mas aqui me parece que houve um excessivo sequestro ou rapto da agenda técnica pela agenda político-partidária.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALFREDO SIRKIS (PV – RJ) – Um estudo, melhor dizendo.

O SR. VEET VIVARTA – Perfeito. Então, a nossa análise vai trazer dados...

(Soa a campanha.)

O SR. VEET VIVARTA – Vou acelerar. Tenho mais quatro eslaides.

Próximo.

O ambiente político deu o tom da cobertura: 60% dos textos analisados.

Próximo.

E o embate político entre Governo e Oposição e entre Governo e aliados acabou então dominando esse espaço de debate político, além das questões ligadas ao próprio processo de tramitação e de alguns acontecimentos políticos específicos.

Próximo.

Política ambiental. Os temas mais técnicos dessa agenda ficaram com 40% da cobertura.

Próximo.

Mudanças no Código, disputa de visões entre produtores rurais e ambientalistas, implicações do novo Código no momento em que seria implementado, recursos naturais e atividades rurais foram então as questões que estiveram mais presentes na pauta.

Próximo.

Variáveis com presença alta. Vamos pular.

Amazônia e desmatamento em destaque.

Próximo por favor.

A gente vê que relação com mudanças climáticas estava numa das variáveis com presença baixa. Então, não fazer essa vinculação daquele debate com mudanças climáticas mostra o quanto as mudanças climáticas estão desaquecidas na pauta da mídia brasileira.

Próximo.

Então, é claro, o Poder Público Legislativo, Executivo, na linha de frente desse debate, isso era natural, mas sentimos que organizações da sociedade civil foram pouco ouvidas, instituições de ensino e pesquisa e por aí vai. Houve uma concentração excessiva nesses dois campos do Poder Legislativo e do Poder Executivo.

Próximo.

A perspectiva política dominou. Quase 70% dos enquadramentos eram de natureza político-ambiental. Muito abaixo, de 17,5%, agrícola. E vamos ver – e eu queria encerrar olhando isso com mais dois eslaides – a científico-tecnológica, 1,7%. Onde é que isso nos leva?

Próximo.

Estamos vendo que 59,2% das matérias continuam posições ou argumentações sobre o conteúdo do projeto do novo Código.

Próximo.

Mas 55,8% apresentaram posicionamento contrário ao texto do PL, ou seja, defendiam uma posição ambientalmente mais consistente no texto do projeto de lei.

Próximo.

E apenas 18,7% apresentavam um posicionamento favorável à versão do Código que saiu da Câmara dos Deputados e foi enviada aqui para o Senado Federal, ou seja, parece-me que a mídia tinha um entendimento do impacto que determinado desenho que estava proposto teria do ponto de vista ambiental.

Para encerrar, então.

Próximo.

Personalidades políticas, Poderes Públicos, comunidade científica 12,4%.

Próximo.

É isso. Terminando, trata-se de um debate pouco científico. Acho que esse pecado da mídia reflete o pecado do que aconteceu também na prática do debate no âmbito do Parlamento. Pelo menos em relação ao desenho final que tivemos na Câmara dos Deputados,

a visão mais consistente daqueles que estudavam cientificamente o tema acabou pesando pouco no debate público e pesou pouco, parece-me também, no resultado final que tivemos do texto do projeto de lei.

Obrigado!

Encerramos.

O SR. PRESIDENTE (Sarney Filho. PV – MA)

– Obrigado.

Vamos passar, agora, ao próximo expositor Sr. Fábio Cedrin Gama Alves, Coordenador do Programa de Educação para a Sociedade Sustentável, do WWF Brasil.

Quero dizer que, logo após o último expositor, vamos abrir o debate novamente para perguntas, que, creio, serão muito interessantes depois dessa exposição do Veet Vivarta, que foi muito instigante.

Presidenta, por favor, Presidenta, assumo o seu lugar de direito aqui.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM)

– Não, muito obrigada, eu nas vim aqui, rapidamente, primeiro, para agradecer e cumprimentar V. Exª, Deputado Sarney Filho, e cumprimentar nossos convidados. Não estou aqui, o Deputado Sarney sabe...

O SR. PRESIDENTE (Sarney Filho. PV – MA)

– Já avisei.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM)

- ... porque, aqui ao lado, estamos com Governadores de oito Estados brasileiros, inclusive do meu Estado, debatendo ICMS, uma resolução que tramita aqui, algo fundamental.

Então, vim aqui apenas para cumprimentá-los e agradecer a boa condução que o nosso Relator está dando a esta audiência pública.

Obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Sarney Filho. PV – MA)

– Obrigado.

A blusa verde não nega a sua tendência a favor do meio ambiente.

Bem, então, Dr. Fábio Cedrin Gama Alves, por favor, até 15 minutos.

O SR. FÁBIO CEDRIN GAMA ALVES – Obrigada pelo convite.

Bem, viemos para apresentar um pouco do pensamento do WWF Brasil em relação à educação ambiental em tempos de mudanças climáticas.

Por favor.

Bem, o WWF, acho que todo mundo conhece, é uma organização que participa de uma rede internacional. Em 1996, fundamos o WWF Brasil e temos nossas missões e nossos valores.

Por favor.

Bem, estamos aqui hoje em comemoração ao dia da conscientização sobre as mudanças climáticas.

Pode passar.

Acho que já é o momento de parar de falar em conscientização – as pessoas já conseguem estar conscientes do problema das mudanças climáticas – e partir realmente para uma sensibilização de todos os atores, para que cada um possa fazer a sua parte, e a gente tenha, então, um benefício que seja em prol da humanidade, em prol da sobrevivência do Planeta, em prol das relações ecológicas que a gente necessita para viver.

Próximo.

Para sempre nos lembrarmos de nossa finitude, não é? À direita, temos o Planeta, o globo. Aquela bolinha pequena representa toda água que existe em nosso globo. À esquerda, temos o planeta e todo ar contido em nossa atmosfera. Então, é para vermos como os recursos, tão essenciais como a água e o ar, são finitos e poucos em relação ao tamanho do planeta.

Próximo.

Estamos caminhando, a passos largos, para uma sociedade consumista. É importante separarmos um pouco o que é consumo e o que é consumismo. Consumo é tudo aquilo que a gente precisa para viver e é aquilo a que todas as pessoas têm direito, necessitam ter acesso para conseguir sua qualidade de vida, assim como para desenvolver todo seu potencial. Mas estamos caminhando para uma sociedade consumista, uma sociedade que está pondo o globo em um carrinho de supermercado.

Próximo.

Isso aqui é uma brincadeira, mas é muito importante. A Andi, que já não tem mais criança no nome...

Estamos hoje formando essa sociedade consumista. Somos bombardeados 300 vezes por dia por propaganda para consumirmos coisas de que não precisamos e com as quais, dizem, seremos muito bacanas e seremos melhores.

Agora, eu pergunto aos senhores: alguém já viu uma loira fazendo comercial de banana? Não, não é? Uma loira bonita, um rapaz bonito fazendo comercial de banana? Ninguém faz comercial de banana. E banana faz bem e todo o mundo gosta. Mas, quando você tem de vender um novo celular e um novo carro, você tem de mexer com os desejos, com as questões de *status*, com as vaidades e, aí, a mídia, a propaganda e o *marketing* sabem trabalhar muito com isso. E o Miguelito percebeu essa historinha que, se ele passasse desodorante, comesse salsichas e comprasse uma máquina de lavar roupa, ele, finalmente, seria feliz ou, senão, seria idiota.

Próximo.

E isso ocorre diariamente. Quem tem filho pequeno, quem tem netos, percebe que hoje estamos

sempre sendo estimulados a consumir um carro novo, um celular novo. Já se fala, há muito tempo, da obsolescência programada, da obsolescência percebida. A programada é a aquela que faz com que hoje nossos equipamentos eletroeletrônicos quebrem antes do carnê de prestação acabar. E aí estamos falando realmente daquelas pessoas que parcelam a compra dessa linha branca, desses equipamentos eletroeletrônicos. Então, o equipamento quebra e ninguém encontra hoje aquela assessoria, aquela assistência técnica em que se levava o equipamento e o recuperava. Hoje ele vira lixo eletrônico, por quê? Porque é mais barato comprar um novo, a própria indústria, em sua cadeia, não produz peças de reposição. Por quê? Porque é mais barato comprar outro. Então, partimos para um mundo que realmente quer estimular o consumo. A obsolescência programada foi desenvolvida no pós-guerra exatamente para que as pessoas consumissem. O negócio quebra, mas elas têm tanta confiança e gostam tanto do produto que comprarão outro.

Próximo.

Para aonde vamos se nosso futuro está sendo construído por toda essa intimidação que é a propaganda. Por que essa intimidação? Porque as pessoas que podem ter terão, mas as que não têm não vão ter. Aí podem até buscar outros meios para alcançar aquilo. E sabemos que esse é o maior caso de roubos, por exemplo, de jovens. Eles vão roubar o tênis que eles desejam ter. Roubam as coisas. Esse é um problema que mexe com a questão da violência e mexe muito com nossas crianças. Quem tem criança pequena em casa sabe como o estímulo de uma propaganda faz com que a criança queira, queira e queira muito aquilo, e o pai fica naquela situação. E a gente passa por isso em nosso dia a dia.

Próximo.

E o pior: vamos caminhar para uma sociedade que vai resolver seus problemas sempre pelo consumo ou, senão, se isolando e conversando hoje pelas redes sociais, mas completamente isolada. Vemos adolescentes hoje que saem com seus *tablets*, com seus *smartphones* e, realmente, a conversa não flui, mas está fluindo na rede. As coisas acontecem na rede, mas não acontecem mais na mesa, não acontecem mais nesses momentos de convivência. Então, passamos a nos desconectar, desconectar das pessoas, desconectar dos seres humanos, desconectar da natureza.

Por favor.

E aqui foi colocada uma questão emblemática: a questão dos veículos, a questão de uma política que estimula a compra do veículo. Essa política passa inclusive uma sensação de liberdade, porque agora eu vou ter o meu veículo, mas, na verdade, o que vemos

são pessoas hoje presas, uma falsa sensação de liberdade, porque elas estão presas no trânsito sozinhas, em cárcere solitário, uma vez que as pessoas só andam sozinhas de carro. Hoje não vemos nas políticas viárias, por exemplo, faixas para carros com mais de uma pessoa. Isso deveria ser, por exemplo, uma boa política para uma cidade: estimular o transporte coletivo, solidário. E a sociedade diz assim: você não tem carro, você é um fracassado, você anda a pé? Você vai de bicicleta ao seu trabalho? Você vai de ônibus? Então, a sociedade em que estamos trabalhando, em que estamos vivendo é uma sociedade que acha que a pessoa é bem-sucedida quando consegue alcançar esse consumo, esse consumismo. E passamos a ter, então, esse grande problema.

Por favor.

Bem, só para exemplificar, por mais uma charge: o carro pode causar aquecimento global, que eu acho ser o nosso tema aqui, mas também muita raiva e frustração de você estar preso no trânsito, sozinho, ou você não ter lugar para estacionar. E por que você não tem o direito também de, como consumidor, ter transporte público de qualidade, que te leve aos lugares? Eu acho que a sociedade tem que se mobilizar. Quer dizer, são níveis de atuação, mas enquanto a sociedade não se mobilizar para lutar por um transporte digno, que seja correto, vamos continuar nesse caminho equivocado.

Por favor.

E então começamos a crescer sobre o que nos sustenta, sobre a biodiversidade, porque o consumo acontece em cima do que temos de biodiversidade, em cima do que temos de recursos naturais, e que são finitos. E há necessidade de ter equilíbrio. Se avançarmos sobre a biocapacidade, estamos avançando sobre a possibilidade da nossa existência no Planeta.

É isso que precisamos levar de informações, trabalhar nas escolas a valorização da biodiversidade no Brasil, país de dimensões continentais, de forma regionalizada, para que os alunos que estejam no Cerrado-Pantanal conheçam a biodiversidade do Cerrado-Pantanal, da Amazônia, da Mata Atlântica. A maioria das crianças que estão nas cidades – muitas pesquisas mostram – ficam completamente desconectadas da natureza o ponto de não reconhecerem um frango vivo de um frango congelado. Quando se pergunta o que é um frango, ele aponta para o frango congelado, porque ele nunca viu um frango vivo.

Enfim, várias pesquisas mostram que estamos nos desconectando. Se avançarmos sobre a biocapacidade... Temos um dia – a WWF comemora – que é o Overshoot Day, em que passamos para o cheque especial. Ou seja, quando passamos da capacidade do Planeta, sua biocapacidade, em relação ao consumo

daquele ano, entramos no cheque especial. E estamos entrando já no cheque especial já há algumas décadas.

Por favor. É hora de mudar.

O Planeta está em crise. O Planeta está aquecendo, e precisamos agir. A sociedade precisa agir nas suas diversas formas, seja com seus representantes no Governo, seus representantes no Legislativo e, principalmente, como sociedade e como indivíduo, porque a mudança só vai acontecer quando o indivíduo mudar. A gente sabe disso.

Gandhi dizia que precisamos ser a mudança que queremos ver no mundo. Então, é preciso que individualmente passemos a ter pessoas mais sensíveis, porque conscientes nós somos – a grande maioria, aliás, todos nós estamos em estado de consciência aqui, porque não há ninguém em coma, mas será que estamos sensibilizados? Eu uso muito o exemplo do cigarro. Todo mundo é consciente de que o cigarro faz mal à saúde, mas as pessoas estão sensibilizadas para parar de fumar? Geralmente, elas se sensibilizam quando recebem a informação de que faz alguma mudança no que elas pensam.

Por favor, a questão não é só o urso polar, mas é a própria humanidade. Quando os governos se reúnem, quando se discutem essas pautas, o que deve ser olhado não é o urso polar, ainda que ele seja importante, mas o que ele representa: a ameaça que a biodiversidade – e nós estamos incluídos nesta biodiversidade, e temos um papel, como seres humanos, de pressão enorme sobre essa biodiversidade – e a nossa biocapacidade. Mas é o ser humano que está no centro da discussão, são as gerações futuras. É a sobrevivência, realmente, com qualidade de vida para todo o Planeta.

Próximo.

Então, é isso. Podemos seguir por um caminho, onde a nossa pegada, a nossa pressão sobre o mundo, vai ser além da sua biocapacidade, e a vamos ficar além do cheque especial. Aí, eu não sei até quando vamos aguentar dessa forma, ou realmente começamos a trabalhar, no sentido de um desenvolvimento sustentável, para levar uma informação de qualidade às escolas, trabalhar o conceito do consumo e do consumismo, trabalhar com a valorização, por exemplo, em torno das grandes cidades.

Temos parques nacionais, mas qual é a visitação? Como as pessoas estão se relacionando com esse meio ambiente, com essas unidades de conservação que estão disponíveis? Às vezes, elas estão mal estruturadas para receber visitantes; às vezes, elas têm estrutura, mas não recebem visitantes, porque estamos indo para um outro lado. Estamos indo para o lado de a criança ter três, quatro, cinco ou um consoles de jo-

gos, ou ter um, quando ela só conseguir ter um, de ela viver em casa, de ela estar ligada na babá eletrônica, que é a televisão.

A nossa sociedade está caminhando para isso, e, quando falamos em educação, temos de atentar para o que estamos fazendo para as nossas crianças.

Próximo.

Bem, formas de atuação.

A WWF (World Wildlife Fund) trabalha com todos esses temas, sempre pensando em como realmente eles podem contribuir para a questão das mudanças climáticas, ainda que tenhamos um programa específico – está aqui o nosso coordenador, o Carlos Riedel – de mudanças climáticas e energia.

Por favor.

O Programa Educação para as Sociedades Sustentáveis tem um pouco desse papel de trazer toda essa informação tecnocientífica, que o próprio WWF e outros parceiros desenvolvem, para podermos aterrisar isso numa linguagem mais pedagógica, em que possamos envolver as pessoas na criação do saber.

É fantástico. Por exemplo, há um trabalho do WWF, que se chama Relatos Etnográficos sobre Mudanças Climáticas, em que foram entrevistados pescadores, ribeirinhos, caboclos, com 50 e 60 anos. Perguntava-se: “Mudou o clima?” E eles contavam todas as mudanças que eles tinham vivenciado no clima.

Então, isso já está na consciência das pessoas. Realmente, precisamos partir para uma sensibilização mais forte, para que isso entre na agenda pública, na agenda política e na agenda da própria sociedade.

Próximo.

No Programa de Educação para as Sociedades Sustentáveis, temos, então, trabalhado com essa tríade. A pegada ecológica é um indicador sobre consumo, que mostra a pressão sobre a biocapacidade. Temos calculada a pegada para Campo Grande. Calculamos também em São Paulo e, por consequência, para o Estado de São Paulo e para o Estado de Mato Grosso do Sul, mostrando, então, por exemplo, qual é a pegada do cidadão de Campo Grande. O que implica mais na pegada? Saíram coisas muito interessantes, inclusive para o Mato Grosso do Sul.

Já estou terminando, mas, por exemplo, se, no Mato Grosso do Sul, as escolas passassem a ter um dia a menos de carne na sua merenda, a pegada já diminuía. E carne é um produto do Mato Grosso do Sul. Então, isso gera: “Opa, mas como é que é isso?” Mas é isso que temos de fazer: Temos de trazer dados que sensibilizem e mostrem que realmente temos uma participação nessa pegada, no sentido de mudar hábitos individuais, ganhar novas atitudes, para que

possamos, então, realmente, em conjunto, no coletivo, alcançar a mudança de que precisamos.

Temos trabalhado muito fortemente com consumo responsável. Queria pedir a autorização aqui, Deputado Sarney Filho, para mostrar um material que desenvolvemos chamado *Pequeno Guia de Consumo em um Mundo Pequeno*, que traz, de uma forma também lúdica, como podemos, no nosso dia a dia, ter uma nova atitude em relação aos recursos e ao que consumimos.

Podemos distribuí-lo, se o pessoal puder. Temos, então, trabalhado, como disse, fazendo cálculo, fazendo as ações, porque importa é o cálculo dessa pegada, que usa muito o perfil orçamentário familiar. O mais importante é, a partir desse cálculo, definir o que fazer, qual é o plano de mitigação e de mobilização da sociedade, para que possamos diminuir essa pegada.

Trabalhamos, já nessa mitigação, toda a questão do consumo responsável e, finalmente, com a valorização da biodiversidade, com esse projeto Biodiversidade nas Costas, que é justamente essa imagem de que, hoje, a biodiversidade já nos suportou por muitos anos. Hoje, estamos no cheque especial com ela.

Então, é a ideia de realmente suportarmos a biodiversidade. Acho que a sociedade tem de entender e valorar a biodiversidade da melhor forma, porque é ela que sustenta a nossa vida no Planeta.

Eu trouxe também para a Comissão, Deputado Sarney Filho, um jogo que desenvolvemos com o Movimento Nacional dos Catadores, em parceria com o Banco do Brasil e a Fundação. Temos trabalhado junto às Cooperativas de Catadores, como forma de também organizar esse segmento da população, que hoje, com a Política Nacional de Resíduos, tem um papel estratégico do que esperamos que a política traga para a sociedade.

Por fim, o material do Biodiversidade nas Costas. Esse é um material do Cerrado, que estamos aplicando nas escolas de Pirenópolis, Goiás, num projeto em parceria com a KPMG, uma *consulting* de auditoria.

A última, por favor.

É isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sarney Filho. PV – MA) – Obrigado.

Vamos passar a imediatamente a palavra ao Sr. Nilo Sergio de Melo Diniz, Diretor de Educação Ambiental, do Ministério do Meio Ambiente.

O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ – Bem, boa tarde a todos e a todas. Primeiro, peço desculpas pelo atraso. Estava explicando ao Deputado Sarney que, hoje e amanhã, é posse das entidades ambientalistas eleitas para o Conselho Nacional do Meio Ambiente, o Conama. Então, o meu departamento é também responsável por essa eleição. Agora, de manhã,

estávamos recepcionando as entidades que, amanhã, tomam posse no Conama.

Sobre esse tema, Dia da Conscientização sobre Mudanças Climáticas, achei interessante a imagem que o Fábio fez, no sentido de que não estamos em coma. Então, conscientes estamos todos, graças a Deus.

Mas, de toda forma, vivemos um dilema, com esse tema de mudanças climáticas, que é considerável, porque o IPCC, em 2007 – o Veet Vivarta mostrou os dados da atuação da mídia, em relação ao tema “Mudanças Climáticas” – declarou formalmente há mais de 90% de probabilidade de que as mudanças climáticas que vivemos hoje são resultado da ação humana. Não é um processo natural, cíclico ou o que seja. Quando se fala que é resultado da ação humana, temos de fazer justiça, porque não é todo ser humano que vem provocando esse tipo de mudanças no clima.

Quer dizer, aí há a tragédia dos comuns, que é interessante trazer à tona, porque o tema “mudanças climáticas” colocou bem às claras esse problema da tragédia dos comuns. No fundo, para atender parte da civilização, o conjunto dos habitantes do Planeta está pagando, principalmente os mais pobres e menos favorecidos, com as mudanças climáticas e os desastres ambientais que afetam o Planeta todo. Nosso País, infelizmente, não é exceção.

Então, estamos, hoje, trabalhando não apenas em termos de educação ambiental no Ministério, mas numa ação que procure enfrentar esse grande desafio global que nos atinge.

A primeira informação importante a ser dada – não sei se o Professor Pinguelli Rosa trouxe essa informação – é que, na semana passada, dia 12, houve uma reunião do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas. E o nosso Diretor Adriano Oliveira levou à reunião do Fórum a revisão do Plano Nacional de Mudanças Climáticas, que, na verdade, é uma atualização do Plano instituído em 2008, mediante consulta pública, e também foi alvo da III Conferência Nacional de Meio Ambiente, que apresentou também propostas a esse Plano. E aí não podemos deixar de falar da Lei nº 12.187, de 2009, que também consolidou o Plano de Mudanças Climáticas, quando o Brasil ainda não tinha um compromisso nacional voluntário em relação à redução das emissões. Depois, assumiu esse compromisso no processo preparatório para Copenhague. Aqui, há alguns atores relevantes nesta posição brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Sarney Filho. PV – MA) – Foi incluído na lei esse compromisso.

O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ – Exatamente. Digo que, em 2009, ainda não havia assumido formalmente esse compromisso voluntário do País.

Aqui, ressalto a presença do Deputado Sarney, do Deputado Sirkis, e de tantos outros Parlamentares, que tiveram um empenho e uma participação fundamental nessas metas assumidas pelo Governo brasileiro. Mas a atualização desse Plano em curso, agora, é uma proposta de atualização enxuta. Não haverá mudança tão radical, já que o Plano tem seus méritos, mas vai fortalecer o tema da adaptação, pois o Plano, em 2008, não apresentou tanto quanto poderia nessa área da adaptação. Além disso, vai fortalecer também um diálogo com os Entes da Federação, Estados e Municípios. Haveria, então, uma articulação maior com os três níveis do Executivo do Poder Público. Vai compatibilizar também os objetivos específicos do Plano Nacional de Mudanças Climáticas com o Plano de Combate ao Desmatamento não da Amazônia, mas dos diversos biomas, plano esse que tem mostrado conquistas importantes, como aqui foi lembrado, tais como a queda das emissões, em função da questão do desmatamento.

Naturalmente, isso, nos próximos inventários, poderá eventualmente equilibrar negativamente com outras fontes de emissão, como lembrou o Deputado Sirkis.

Agora, foi muito bom ter a presença do nosso Professor Pinguelli Rosa, porque, para essa revisão, para essa atualização do Plano, será muito importante esse diálogo com o Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas e com a sociedade civil de forma geral. O Fórum, reunido na semana passada, assumiu – ficou, vamos dizer assim, mais formalizado – um compromisso do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas nessa revisão. Essa revisão vai ser feita, mais uma vez, com participação da sociedade em três níveis diferentes. Além do próprio Fórum, que vai pilotar ou coordenar os diálogos setoriais para a atualização do Plano, vamos também estabelecer uma consulta pública em relação a essa nova versão do Plano, tanto eletrônica, quanto presencial.

Estou citando isso, porque, no processo de consulta ou nos processos de participação, controle social, o componente educativo é fundamental, porque ele não vem apenas com transmissão de informação ou de conhecimento. Ele, num processo de participação e controle, vem exatamente mobilizando a sociedade. Ele é muito mais do que só transmissão de conteúdo; é mobilização da sociedade para enfrentar, junto com o Poder Público, esse grande desafio, que são as mudanças climáticas e as medidas, que, de alguma maneira, orientam essa política pública.

Então, para isso, acho que vale a pena também mencionar aqui, Sr. Deputado, que, neste ano, não apenas o Ministério do Meio Ambiente, mas o Governo

Federal, mobiliza duas grandes conferências nacionais que também incidem sobre o tema da conscientização e da educação em mudanças climáticas.

A IV Conferência Nacional de Meio Ambiente se realiza este ano com o tema de Resíduos Sólidos, mas foca a Produção e Consumo Sustentável. Então, trata-se de olhar o resíduo sólido isolado apenas como um subproduto de um sistema ou de um modelo de produção, mas é resíduo no contexto da produção e do consumo sustentável.

Será muito importante para essa conferência tanto a Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos, que ficou tramitando no Congresso Nacional por 21 anos – hoje, felizmente, é uma política pública, que tem, inclusive, metas arrojadas como o encerramento dos lixões até 2014 –, quanto o Plano de Produção e Consumo Sustentável. Um dos cadernos, hoje, deste Plano, só para mencionar uma citação que fez o Fábio Cedrin, do WWF, é exatamente referente ao consumo infantil, ou seja, esse incentivo que a mídia, a imprensa, enfim, o poder econômico fazem em relação ao público infantil, determinando o nível de consumo dentro de uma família. Quer dizer, hoje o imperativo que acaba uma criança colocando em termos de padrão de consumo dentro de um lar é absolutamente espantoso. E esse trabalho que nós estamos fazendo com o plano de produção e consumo destaca muito essa questão do consumo infantil.

Por falar em consumo infantil, outra conferência acontece também em 2013, a Conferência Nacional do Meio Ambiente, que funciona desde já, mas a fase nacional será em outubro. E a outra conferência é a IV Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente, que tem o tema, este ano: Vamos Cuidar do Brasil com Escolas Sustentáveis. Essa Conferência também, junto com a nacional, de adultos, vai promover uma mobilização que normalmente chega perto de 5 milhões de pessoas, entre alunos, professores e comunidade, no entorno das escolas, para debater o tema escolas sustentáveis, também incidindo sobre essa questão climática, porque entra aí também a questão de combate a desmatamento, reflorestamento, de tornar as escolas melhores em condições físicas também, com redução do consumo de energia. Enfim, são vários projetos.

O que é interessante nessa conferência é que os alunos que vêm delegados à conferência nacional são alunos que apresentaram projetos na escola referentes à sustentabilidade e esses projetos hoje o Ministério da Educação financia através do Programa Dinheiro Direto na Escola. Um número muito grande de escolas serão financiadas por esse projeto para tornar a escola cada vez mais um ambiente sustentável e democrático.

Finalmente, não quero me alongar muito, sei do avançado da hora, Presidente, quero chamar a atenção para o fato de que nós também temos, além dessa iniciativa em termos de educação ambiental, o Programa de Educação Ambiental para Agricultores Familiares (PEAAF), que hoje trabalha com produtores rurais com a intenção de fortalecer, na agricultura familiar, esse componente da sustentabilidade.

Hoje o Governo dispõe de um plano e de uma Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica e há um trabalho nosso na área de educação ambiental que tem feito um diálogo muito forte tanto com essa política de agroecologia e produção orgânica como também com o Programa Bolsa Verde, que é o bolsa família direcionado para aquelas famílias que estão em unidades de conservação ou em áreas de assentamento com um componente de sustentabilidade socioambiental relevante. Até entreguei aqui ao nosso Presidente a publicação desse programa de educação ambiental e agricultura familiar.

Para começarmos esse programa, nós resolvemos buscar no País inteiro o que os produtores rurais, o que a agricultura familiar está encontrando de solução do ponto de vista da sustentabilidade, quer dizer, antes de chegar com a informação, com a lei, com a legislação ou as políticas públicas a partir do Governo e do Estado, nós fizemos um levantamento e conseguimos premiar 25 experiências de educação ambiental na agricultura familiar muito interessantes, quase todas elas fortalecendo a presença da mulher, fortalecendo a atuação da mulher na agricultura familiar, com esse componente da sustentabilidade, e sobretudo dos jovens, porque hoje uma preocupação muito grande do Governo Federal é o êxodo juvenil na agricultura, e entre os jovens, principalmente mulheres. Então, sabemos o que quer dizer a mulher deixar o campo e ficar só homem lá. Eu me lembro do tempo dos forrós – aqui está o Deputado Fernando Ferro, do Nordeste, que não me deixa mentir. Forró onde não tem mulher, só tem homem, costuma dar confusão.

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE) – Quando tem muita mulher também.

O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ – É. Quando tem muita mulher é sujeito também. Mas o contrário a regra é mais clara.

Então, esse êxodo no campo preocupa muito. Nessas experiências, foi muito interessante observar que sempre o jovem está envolvido, porque desenvolvimento rural sustentável é uma novidade na atividade rural e isso desperta o interesse da moçada que quer ver como fazer uma atividade agrícola diferente. Essa é uma iniciativa.

Outras duas que eu quero mencionar a título de conclusão, Deputado, é uma publicação que nós vamos lançar agora, ainda neste primeiro semestre: *Educação Ambiental em Tempos de Mudanças Climáticas: Um Diálogo Necessário em um Mundo de (In)Certezas*.

Quero até propor ao Deputado, se for da conveniência desta Comissão, fazermos um lançamento conjunto aqui no Congresso, porque acho que é uma publicação que vai orientar órgãos estaduais, municipais e o próprio Governo Federal em como trabalhar a educação ambiental nesse campo das mudanças climáticas. Além dessa publicação, nós estamos trabalhando com a Universidade de Brasília, a UnB, com a Universidade de Santiago de Compostela, na Espanha, e também com a Fundação Mapfre para uma outra publicação que orienta também os trabalhos tanto escolar como da educação não formal no tema de mudanças climáticas e educação ambiental.

São algumas das iniciativas. Eu resumi bastante aqui em função do avançado do horário, Deputado, para colaborar com o debate.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sarney Filho. PV – MA) – Esta publicação *Boas Práticas Ambientais* já foi objeto de lançamento na Frente Parlamentar Ambientalista, junto com a Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados. Evidentemente, nós podemos fazer esse próximo lançamento junto com a Comissão do Clima, com a Comissão de Meio Ambiente da Câmara e com a Frente Parlamentar Ambientalista, num café da manhã.

Gostaria de registrar nossa grande alegria com a presença da Deputada Rosane Ferreira, do PV do Paraná. O Deputado Fernando Ferro, nosso Vice-Presidente, também acaba de chegar. Hoje foi uma manhã meio complicada. Muitas tarefas e pouca gente para cumpri-las.

Então, vamos passar imediatamente às perguntas: Deputados Sirkis, que se inscreveu, o único inscrito até agora.

O SR. ALFREDO SIRKIS (PV – RJ) – Bem, eu queria comentar um pouco a intervenção do Veet. Eu acho que realmente é um campo extremamente importante. Faltou na pesquisa, na minha opinião, uma visão, uma informação de proporção de matérias que deram guarida a teses negacionistas, para a gente poder avaliar. Eu penso que as flutuações da mídia são mais ou menos naturais. A gente provavelmente vai ter uma nova fase de ascenso daquela curva que você falou quando nos aproximarmos de 2015, da conferência de dezembro de 2015, que aparentemente vai ser em Paris, porque há que haver suspense jornalístico, há que haver polêmica.

Eu não acho que a mídia seja o local mais apropriado para difusão das questões científicas, sobretudo com relação à questão climática, pois elas são complexas. A mídia é um terreno de combate. A mídia é um campo de batalha. E, de fato, eles cobrem quando acham que há uma polemica, quando acham que há uma novidade, quando há um escândalo, quando há uma revelação. Então, é assim que funciona. Eu acho que nós temos que nos moldar a essa dinâmica de funcionamento deles.

Existe uma questão importante que é o combate ao negacionismo, porque o negacionismo climático, eu coloco ele mesmo patamar dos anos 50, 60 e até 70, quando médicos peremptoriamente – alguns pagos pela indústria do tabaco – negavam uma relação entre o câncer do pulmão e o fumo. Depois, uma outra variável de negacionismo é essa mais espontânea é aquela que negavam que o vírus do HIV provocasse a AIDS. E também existe um famoso negacionismo do Holocausto. Dão-se por razões diferentes. Uma razão é a existência de fato de um *lobby* organizado. Eu acho que a grande maioria das manifestações de negacionismo climático nos Estados Unidos se dá em função da existência de um *lobby* extremamente organizado da indústria do carvão e da indústria do petróleo, que pagam a preço de ouro os seus pseudoespecialistas e a sua mídia para fazer esse tipo de ação.

Eles estiveram muito ativos no período imediatamente posterior a Copenhagen. Durante toda primeira fase do Governo Barack Obama, estiveram extremamente ativos. Sofreram algumas derrotas contundentes, sobretudo quando a famosa pesquisa encomendada pelos irmãos Koch, que são os grandes financiadores do negacionismo dos Estados Unidos, deu exatamente o resultado oposto ao que eles imaginavam. O cientista contratado falou: não, sou forçado a reconhecer a evidência científica das mudanças climáticas provocadas pelo homem, e o homem de acordo com aquela colocação que o Nilo fez.

Nós tivemos, no ano passado, coincidindo com a Rio+20, uma ofensiva negacionista aqui no Brasil, que obteve um espaço grande na mídia porque a mídia gosta de polêmica, gosta de novidade, e os negacionistas pseudocientíficos têm uma certa vantagem, porque estão trazendo supostamente notícias boas... “Ah, esse negócio... Esquece esses ecochatos. Não temos de nos preocupar com isso, porque ou bem não existe, ou bem inevitável. Então, relaxa e aproveita.”

E, por outro lado, como parecem estar à contracorrente, levantando coisas polêmicas, conseguem, de fato, um espaço. Então, nós tivemos alguns casos: o famoso “professor”, entre aspas, que foi ao programa do Jô Soares, fez um certo sucesso, e tal.

E há um contraste em relação aos cientistas sérios, porque os cientistas sérios, primeiro, não gostam de falar com a imprensa, porque acham que a imprensa nunca expressa a opinião deles com a sutileza necessária. Ela realmente não consegue fazer isso. Então, eles têm muito medo de ser mal interpretados, de falar uma coisa que pareça superficial, e existe a complexidade do tema. E as dúvidas que existem em relação não à existência do aquecimento global provocado pela economia humana, mas em relação exatamente aos aspectos exponenciais, os riscos exponenciais, até que ponto, em relação a uma série de múltiplos detalhes.

Então, eu acho que, de fato, não podemos esperar que a mídia reflita o estado da arte da ciência. Para isso, vão ser necessários outros instrumentos. A mídia é um campo de batalha, e temos de nos moldar, na nossa ação, a atuar dentro disso que é um campo de batalha.

O SR. PRESIDENTE (Sarney Filho. PV – MA) – Obrigado.

Deputada Rosane Ferreira.

A SR^a ROSANE FERREIRA (PV – PR) – Muito rapidamente. Primeiro, quero parabenizar todos os envolvidos neste evento e o faço cumprimentando o Deputado Sarney e o cumprimento também pela qualidade dos expositores trazidos a esta reunião.

Quero ser muito rápida.

Há muitos anos, num encontro discutindo meio ambiente, já se falava da insustentabilidade do Planeta com esse desenvolvimento da forma que está. E colocavam algumas situações, e eu queria ouvir alguém – não sei bem a quem devo me dirigir, mas queria ouvir sobre isso. Se cada família chinesa ou cada família indiana, ou mesmo todos os brasileiros das partes mais pobres do nosso País tivessem acesso a uma geladeira ou a um forno de micro-ondas, o Planeta não suportaria.

Da mesma forma que temos esta questão hoje muito colocada, do automóvel, porque hoje não temos mais um carro; temos dois, três. Hoje, a questão do carro é tão forte, tão forte que, na hora de você comprar um imóvel, o que se coloca lá a mais do que as janelas, ou a face norte para o nascer do sol, coloca-se o número de vagas de garagem. Os planos diretores das cidades são todos adequados de forma a garantir estacionamentos, em vez de privilegiar o transporte coletivo. Então, é todo um erro com relação a isso.

Eu, há 40 anos, quando era muito menina, o sonho do meu padrasto era ter um carro, e eu vivi minha adolescência inteira ajudando a que esse sonho se concretizasse. Hoje, 40 anos depois, o meu filho passou contando os dias até completar os seus 18 anos para ter acesso a um carro. Então, não se mudou

nada em 30 anos. Em 40 anos, as coisas continuam muito parecidas.

Então, eu queria ouvir a esse respeito. Esta questão: nós temos de parar o nosso consumo, tão desigual, mas precisamos avançar muito nas garantias de que as pessoas mais pobres tenham acesso a qualidade de vida. Por exemplo, não precisamos mudar de geladeira cada vez que muda a cor da moda, mas temos de garantir que a geladeira ainda seja acessível a todos os cidadãos e cidadãs, como uma forma de preservar e também de contribuir para o meio ambiente, preservando o alimento, por exemplo.

Tínhamos mulheres que lutavam por acesso à energia, a qualquer forma de energia porque ainda não tinham acesso a nenhuma forma de energia em muitos lugares do nosso Planeta. Então, eu gostaria de ouvir um pouco sobre isso. Finalizo, dizendo que continuo batendo na mesma tecla. Alguém falou aqui que as pessoas sabem que as mudanças estão ocorrendo. Sabem sim. Elas sabem que está chovendo mais do que se chovia antigamente, sabem que as estações eram muito delimitadas antigamente. Quando se conversa com um avô, por exemplo, sabe-se que o inverno tinha cara de inverno, que o verão tinha cara de verão. Eles sabiam delimitar isso, sabiam como essas mudanças interagiam com o seu próprio corpo. Eles colocam isso de uma forma muito sábia. Mas hoje temos que melhorar a nossa comunicação com as pessoas para falarmos claramente o que fazemos. Eu já falei isso para o Deputado Sarney. Por exemplo, bacias hidrográficas. Quantos brasileiros entendem esse termo? Quantos brasileiros entendem os termos que usamos, por exemplo, ciclo hidrológico e outros tantos que temos que deixar mais acessível para as pessoas.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Sarney Filho. PV – MA) – Obrigado.

Como último inscrito, Deputado Fernando Ferro, nosso Vice-Presidente.

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE) – Sr. Presidente, quero me desculpar por minha ausência aqui, mas é que tivemos uma reunião emergencial na coordenação da Bancada do PT, porque estamos com um agravamento de um problema que tem a ver com nossa discussão aqui, que é a seca no Nordeste. Estamos chegando a um colapso em algumas regiões, e surgiram possibilidades de sinais de saques de carros-pipa. Isso é para se ter uma ideia da dramaticidade do problema. Estamos, em alguns locais, entrando em situação de dificuldade de abastecimento de hospitais, o que pode nos levar a uma situação de colapso.

Vamos ter uma reunião com o governo porque não é uma questão simples, não temos soluções ime-

diatas para isso. Está, inclusive, na pauta desta Comissão este debate, e saio extremamente preocupado dos relatos de algumas cidades do interior da Bahia e de Pernambuco.

Mesmo não tendo acompanhado o debate, pude perceber, acho que uma das nossas discussões hoje seria como não gerar energia. Não é como gerar, é como não gerar. A grande discussão hoje é a conservação de energia. O grande programa na Alemanha é a possibilidade de melhorar os padrões de consumo para reduzir a construção de plantas elétricas de qualquer natureza. Essa é a forma mais saudável. A melhor energia é a que você evita consumir. Isso depende de um programa de conservação de energia muito grande, racionamento, educação ambiental, e é o grande desafio.

De certa maneira, nós, aqui no País, temos tido um processo inverso nesse debate. A nossa preocupação é exatamente na expansão da nossa geração, e temos discutido isso com muito mais intensidade, com muito mais prioridade do que o programa de conservação de energia.

Sei que para um país como o nosso, com características de desigualdades, de problemas sociais agravados, do não direito à energia por parte de uma parcela expressiva da população— começamos a suprir isso com o Programa Luz para Todos —, enfim, é um paradoxo aparente: temos que confrontar a necessidade de otimizar o uso de energia e de conservá-la e de racionalá-la com a necessidade de suprir energia para essa população. É um desafio de construir uma nova forma de geração e de produção. Esse é o desafio.

Que sociedade queremos? Isso está na contramão dos esforços do grande capital, por exemplo. Que sociedade é essa que queremos? Vamos ter que reduzir consumo, ou seja, vamos ter que reduzir ganhos e finanças. Então, é um dilema que a sociedade mundial vai ter que enfrentar. Vai ter que fazer opções, opções políticas, ideológicas para uma nova maneira de produzir e gerar energia, e de viver. Esse é o desafio, e ele está por trás deste debate, que muitas vezes não fazemos, mas é a questão de fundo. Que sociedade queremos construir?

Muito obrigado, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Sarney Filho. PV – MA)
– *(Falha na gravação. www.senado.leg.br, na página da Comissão*

Vou pedir depois ao nosso representante da WWF responder à Deputada Rosane, porque o WWF tem aquele estudo sobre aquilo que o Planeta está consumindo, sobre não aguentar mais, sobre o déficit de que foi falado, o cheque especial que foi falado aí.

Infelizmente, porque falar em cheque especial dá arrepio em todo mundo.

Nobre Deputado Fernando Ferro, esse foi um assunto abordado aqui hoje pelo Pinguelli, em várias discussões. É evidente que há uma contradição. Enquanto a gente, por meio da redução do preço da energia, estimula o consumo da energia; por meio da redução do preço do IPI do carro, estimulamos a compra de veículo, nós temos essas questões todas. Qual direito? Como é que a gente vai lidar? É aquilo que o Prof. Pinguelli falou: aqueles que já estão dentro da porteira vão fechar a porteira, e os outros não vão poder entrar. Como é que nós vamos tratar isso? Eu acho que isso é uma questão interessante em que a gente podia se debruçar com mais afinco.

Tenho certeza de que, por exemplo na questão da energia, hoje já existem programas, como o programa de energia para todos os lares, que começou com o Presidente Lula e que é um sucesso, levar energia, também já existem pagamentos de energia para os mais pobres. A gente podia pensar, em vez de incentivar o consumo da classe média, em estender energia para os mais pobres, para os mais necessitados, dando um certo pagamento, como existe hoje, universalizando isso para os mais pobres e, evidentemente, subsidiando que essa energia possa chegar a um maior número de pessoas.

Quanto ao carro, da mesma maneira: devíamos investir. Eu acredito mais no transporte coletivo, na qualidade do transporte coletivo, porque hoje não são só grandes cidades que estão com problemas de transporte. Médias cidades, pequenas médias cidades, todas já estão com problemas enormes de engarrafamento, de mobilidade urbana.

Então, passo a palavra ao Fábio para responder com mais conteúdo as questões da Deputada Rosane. Bem objetivamente, meu caro.

O SR. FÁBIO CEDRIN GAMA ALVES – Ok. É a questão que eu mencionei: do consumo e do consumo mesmo. Acho que todos têm direito de consumir e ter uma geladeira, uma família, porque isso é importante para a qualidade de vida dessa família. Mas nós, como sociedade de consumidores — porque é isto que somos hoje, uma sociedade de consumidores —, temos que ser mais proativos, garantindo que os bens que compramos sejam duráveis.

Hoje a obsolescência programada e a obsolescência percebida são estratégias claras e que estão aí. Ninguém esconde isso da indústria. Então, você compra coisas que não durar. Aí, você tem um resíduo.

Bem, os mais velhos lembram que a gente comprava uma geladeira, meu pai, minha mãe. A geladeira da minha avó está funcionando até hoje. Ela gasta

energia? Ela gasta energia. É um problema. Mas hoje nós temos geladeiras eficientes, mas elas duram pouco tempo. Quando você vai arrumar, não consegue a peça, não consegue o conversor. Enfim, existe essa intenção do capitalismo de fazer com que a gente consuma mais e mais e mais.

Então, são várias coisas que nos atingem e que mudaram a nossa vida. Eu poderia ficar muito tempo falando aqui, por exemplo, produtos de limpeza. A senhora que também é uma dona de casa. Quando minha vó fazia limpeza, minha mãe, quando eu era pequeno, era com um ou dois produtos, eram produtos como álcool, vinagre. Hoje você entra num supermercado, e são duas gôndolas, dois corredores de gôndolas com produtos químicos, cujo efeito a gente não sabe. Eu tenho uma filha de dois anos e sete meses que lambe o chão, porque toda criança lambe o chão. Graças a Deus, minha mãe era do tempo antigo e fazia limpeza com o que se sempre fez, que é vassoura, balde e pano úmido. Hoje eu fico com medo porque minha filha vai lamber o chão e não sei se passaram um verniz, se passaram um derivado de petróleo, um desinfetante.

Então, para onde a gente está indo? Eu acho que voltar, olhar para o nosso passado e ver que é possível ter uma vida mais simples, que é possível ser um consumidor mais ativo, começar a exigir que a gente tenha produtos que sejam duráveis e consumir aquilo que a gente precisa.

Para terminar, para a senhora, um micro-ondas, que está na sua casa ligado na tomada porque tem um relógio; ele consome mais energia ligado na tomada do que sendo utilizado para aquecer a comida. Por quê? Porque ele fica ligado na tomada durante o dia inteiro, e você o usa por talvez um minuto, um minuto e meio para aquecer um prato. E ele fica 24 horas ligado na tomada, com aquele *display*, gastando energia.

A televisão, quando a gente deixa na tomada em *stand by*... E quantos milhões de televisores não estão, agora, desligados em *stand by* nas nossas residências? Estamos consumindo...

O SR. PRESIDENTE (Sarney Filho. PV – MA) – Eles dizem para deixar em *stand by*. Dizem para a gente não desligar.

O SR. FABIO CEDRIN GAMA ALVES – Isso, não desliguem. Pelo comodismo de você poder sentar no sofá e pegar o controle remoto.

Então, são essas coisas que temos de começar a discutir e aprofundar para mudar esse paradigma.

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE) – Fábio.

O SR. PRESIDENTE (Sarney Filho. PV – MA) – E, objetivamente, eu não sei se todo mundo tiver uma geladeira, na Índia e na China, mas, se tiverem o mesmo padrão que tem o americano médio, seguramente, o mundo não iria aguentar.

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE) – Não é preciso nem ser um americano; basta alguém da classe média alta no Brasil que é mais ou menos a mesma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Sarney Filho. PV – MA) – Também, é a mesma coisa.

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE) – Só uma curiosidade. O senhor sabe que há uma lâmpada nos Estados Unidos que está acesa há 100 anos, não é? E essa lâmpada é para mostrar esse tipo...

O SR. PRESIDENTE (Sarney Filho. PV – MA) – Da possibilidade.

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE) – É, da obsolescência do setor. Depois, os fabricantes fizeram uma reunião e reduziram a vida das lâmpadas, para, evidentemente...

O SR. PRESIDENTE (Sarney Filho. PV – MA) – Bem, antes de encerrar, gostaria de comunicar que, no dia 26 de março, terça-feira que vem, teremos uma audiência pública sobre o tema Valoração dos Serviços Ecossistêmicos como Política para Adaptação e Mitigação em Mudanças Climáticas. Já estão convidados o Deputado Arnaldo Jardim, Relator do projeto da lei de resíduos sólidos; Artur Paiva, coordenador de serviços ambientais; o representante do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, o Presidente do Ipea, Marcelo Cortes; e um representante do Ministério do Meio Ambiente. São quatro expositores. Vamos manter e tentar começar no horário, dentro daquele vertente de adaptação e mitigação.

Muito obrigado a todos vocês.

Foram muito enriquecedoras essas conferências, essas exposições, e eu declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 11 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 22 minutos.)



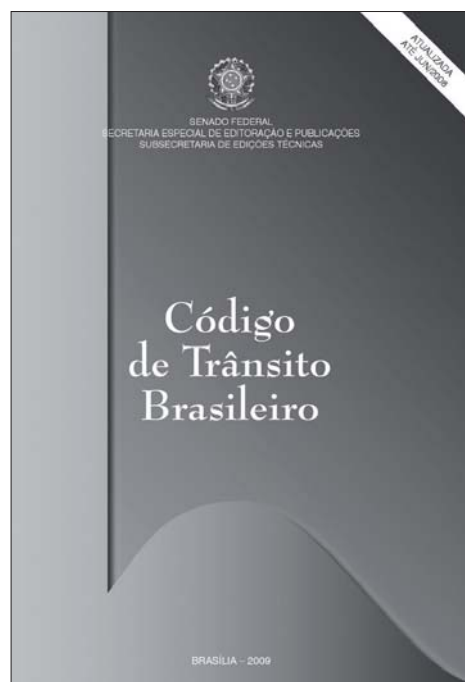
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Legislação Eleitoral e Política



Nova Edição, agora acrescentando as Leis nºs 9.504/97, 4.737/65 e 9.096/95, a Lei Complementar nº 64/90, todas imprescindíveis à compreensão do processo eleitoral brasileiro.

Código de Trânsito Brasileiro



Este trabalho apresenta o Código de Trânsito Brasileiro, Lei nº 9.503/1997, acrescido da Lei nº 11.705/2008 e do Decreto nº 6.489/2008, normas disciplinadoras da comercialização de bebidas alcoólicas em rodovias federais.

Conheça nossa livraria virtual, acesse:
www.senado.gov.br/livraria



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Legislações Brasileiras



Coletânea de publicações, com atualização periódica,
sobre temas diversos da legislação brasileira.

Conheça nossa livraria virtual, acesse:
www.senado.gov.br/livraria



PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DAS ASSINATURAS

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020054	GESTÃO - 00001
--------------------	-----------------------

EMISSION DE GRU PELO SIAFI

UG - 020054	GESTÃO - 00001	COD. - 70815-1
--------------------	-----------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho a favor do FUNSEN** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União - GRU**, que poderá ser retirada no **SITE: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>** código de recolhimento apropriado e o número de referência: **20815-9 e 00002** e o código da Unidade favorecida – **UG/gestão: 020054/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima **EMISSION DE GRU SIAFI**.

OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ FORNECIDO GRATUITAMENTE.

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361, fax:3303-1053**
Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão.

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49

Edição de hoje: 32 páginas
(OS: 11999/2013)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

